

Aprovada na 775ª sessão

ALADI/CR/Ata 772
12 de julho de 2001
Hora: 9h55m às 13h20m

ATA DA 772ª SESSÃO DO
COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Mudança de autoridades do Comitê de Representantes para o segundo semestre de 2001.

Corresponde a Presidência do Comitê de Representantes ao senhor Embaixador Elbio Rosselli e as Vice-Presidências aos senhores Embaixadores Carlos Higuera Ramos e Rodrigo Arcaya Smith.

2. Assuntos em Pauta.

3. Consideração da ata correspondente à 770a. sessão.

4. Cumprimento da encomenda ao Comitê de Representantes da Resolução 54 (XI) (ALADI/CR/dt 164, ALADI/CR/di 1261 e Doc. Inf. 627) .

5. Aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões no Comitê de Representantes (Doc. Inf. 625/Rev. 1).

6. Realização do VII Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALAD/SEC/dt 430/Corr. 1 e Doc. Inf. 631).

7. Acordos e Protocolos: Disposições sobre vigência e incorporação às legislações nacionais (ALADI/SEC/dt 420/Rev. 2).

8. Assuntos Diversos.

Presidem:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

ELBIO ROSSELLI

Assistem: Jorge Alberto Ruiz, Gustavo Vivacqua, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Otávio Brandelli e María Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e María Antonieta Jara, (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada e Julio Prado Espinosa (Equador), Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal, Ruben Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta, Luis Alfonso Copari e Astrid Beatriz Salum Pires (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muinel, Ana Teresa Ayala e Carlos Gitto (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretário-Geral Adjunto: Leonardo F. Mejía.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, temos quórum. Os ausentes estão lendo nos jornais sobre os sucessos de ontem; por isso entendemos o atraso. Porém, acho que a ALADI tem de continuar andando apesar das notícias. Está aberta a sessão.

Antes de iniciar nosso trabalho, com pesar tenho que lhes dar uma notícia que sei que vai entristecê-los muito; trata-se do inesperado falecimento de um ilustre diplomata argentino e antigo colega desta Casa, o Embaixador Jesús Sabra, ocorrido ontem em Buenos Aires.

Durante mais de três décadas de intenso e fértil trabalho, o Embaixador Sabra foi conhecido por seu espírito combativo, que lhe permitia, sem prejudicar os interesses de seu país, ser flexível, correto nas negociações, inclinado sempre a chegar a acordos felizes e ser amigo no plano pessoal.

Muitas foram as funções exercidas pelo ilustre falecido, tais como as de Subsecretário de Negociações Econômicas Internacionais e de Integração Econômica Americana.

Dentro deste Foro foi Representante Alternado entre 1981 e 1983 e 10 anos depois assumiu a Representação Permanente de seu país, cargo que ocupou até 1998. A morte o surpreendeu trabalhando como Assessor da Subsecretaria de Integração Econômica Americana do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina.

Senhores Representantes, não muitos têm dedicado toda sua vida à integração de nossos países; também não muitos têm ido além do que o dever lhes exigia para poder concluir o que tinham iniciado. Mas o Embaixador Sabra o fez, e com sua morte transforma-se para nós todos, e para aqueles que serviram com ele, em um soldado da integração, morto no cumprimento do dever que todos compartilhamos.

Esta Presidência, em nome dos Representantes dos doze países-membros, pede à Representação Permanente da República Argentina que comunique à distinta família do Embaixador Jesús Sabra os sentimentos mais profundos de pesar e condolência pela importante perda para eles, para a diplomacia argentina e para nós todos.

Peço aos senhores lhe façamos uma homenagem em nome de nossos doze países e de muitos outros, guardando um minuto de silêncio.

- um minuto de silêncio -

Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Representante da República Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Realmente, primeiro, gostaria de agradecer suas palavras sobre o senhor Embaixador Jesús Sabra e a imagem dele que o senhor apresentou. Certamente serão transmitidas, não apenas a nosso Governo, mas principalmente a sua senhora esposa e filhos.

Já que o senhor descreveu o Jesús diplomata e profissional, permitam-me recordá-lo no plano totalmente pessoal, visto que meus colegas e eu, graças a Deus, tivemos a oportunidade de trabalhar, conviver e aprender dele durante várias décadas.

Muitos jovens diplomatas argentinos se formaram nos ideais da integração mediante as generosas lições do Embaixador Sabra, que, sem pausa, tanto desde as altas funções na administração pública argentina quanto desde a cátedra, trabalhou de forma incansável para impulsar e difundir a integração latino-americana e para fortalecer esta ALADI que tanto queria. Vamos pôr o preto no branco: foi a esta, a casa da integração que, dentro e fora de meu país, Jesús ensinou a amar e defendeu com toda a força de suas crenças.

Mas permitam-me recordar outras qualidades de sua frutífera vida, o Jesús amigo, o Jesús professor, aquele chefe e colega que foi capaz de transmitir seus vastos conhecimentos e sua sensatez com total desinteresse aos jovens diplomatas e ao mesmo tempo ser, com sua conduta pessoal e familiar e sua fé cristã, um exemplo para todos aqueles que, como eu, pouco antes ou pouco depois, aprendemos a trabalhar e a nos desenvolvermos nesta carreira através de suas lições.

Eu posso lhe garantir, senhor Presidente, que estes valores inerentes ao Embaixador Sabra são provavelmente ainda mais importantes que todo o merecido

reconhecimento profissional que possamos fazer a um homem cuja morte é uma perda realmente enorme para a Chancelaria argentina e mais ainda para seus amigos e familiares.

Também gostaria de agradecer ao Comitê este minuto de silêncio. Tenho certeza de que sua senhora esposa vai valorizá-lo muito especialmente, tanto quanto Jesús o faria se pudesse vê-lo, quem sabe o esteja vendo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Igualmente para, em nome da Secretaria, manifestar o sentimento de profundo pesar que nos inundou ontem a nós todos assim que recebemos a infeliz notícia do falecimento de nosso querido amigo, o Embaixador Jesús Sabra.

Querido amigo, não apenas no âmbito institucional, mas também no âmbito pessoal, com quem batalhamos muitas vezes, como dizia o Representante Alternado da Argentina, tanto na defesa da integração da América Latina quanto no fortalecimento de nossa Organização.

Sempre teremos uma lembrança muito especial, muito significativa de Jesús, com muito afeto. Seu falecimento provoca em nós uma grande tristeza que nos inunda hoje. Agradecemos ao senhor Representante de seu país que transmita ao Ministério das Relações Exteriores e à família de Jesús Sabra nossas condolências e nosso sincero desejo de que esta morte se transforme em estímulo para continuarmos fazendo tudo melhor em nossas vidas. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

1. Aprovação do Ordem do Dia.

Continuamos agora com os assuntos de nossa agenda. É posta a consideração a Ordem do Dia da 772ª sessão.

Em Assuntos Diversos teremos alguns acréscimos. A saber, o relatório do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico, do Grupo de Trabalho Empresarial, presidido pelo Embaixador da Colômbia, se eles fizerem o favor de apresentar seus relatórios, e mais algum outro assunto que os senhores Representantes queiram adicionar no momento apropriado.

Tem a palavra o senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Senhor Presidente, para tratarmos em Assuntos Diversos a eleição do Coordenador do Grupo de Trabalho dos PMDERs, porque como o Representante do México saiu do país, temos esse lugar a prover.

PRESIDENTE. Faremos isso, senhor Representante. Também vamos tratar em Assuntos Diversos, de acordo com a forma como os senhores Representantes queiram fazê-lo, a data da próxima reunião do Conselho de Ministros da ALADI. Podemos começar a tratar este assunto já, porque os prazos estão ficando mais curtos.

Há mais alguma observação à Ordem do Dia? Fica aprovada.

- Mudança de autoridades do Comitê de Representantes para o segundo semestre de 2001.
- Corresponde a Presidência ao Senhor Embaixador Elbio Rosselli e as Vice-Presidências aos senhores Embaixadores Carlos Higuera Ramos e Rodrigo Arcaya Smith.

Como a Ordem do Dia continua, vamos proceder à mudança de autoridades do Comitê de Representantes para o segundo semestre de 2001. Quero lhes dizer algumas palavras antes de abandonar esta cadeira.

Senhores Representantes Permanentes, senhores Alternos, senhores Observadores, senhores Secretário-Geral, Secretários Adjuntos e membros da Secretaria, o primeiro ponto de nossa agenda é a troca de autoridades deste Comitê, e é porque o Peru deixa hoje a Presidência para entregá-la ao Uruguai. Ao deixar este cargo gostaria de transmitir aos meus colegas muitas opiniões, algumas reflexões, e talvez, conclusões às que pude chegar nestes seis últimos meses. Mas não o farei, primeiro, porque minha humildade me impede pretender dar lições a pessoas que sabem muito mais do que eu; e, depois, pelo tempo que gastaríamos, brechando, além do mais, o desenvolvimento dos trabalhos urgentes que temos para fazer.

E isto, porque acredito no que Martin Luther King dizia: “o tempo sempre é o correto para fazer o que é correto”.

Porém, a tentação de ter na minha frente um microfone com a luz vermelha acesa, sem a possibilidade de interrupções, enfraquece minha vontade e me faz sentir a necessidade de lhes transmitir quatro ou cinco coisas que tive de aprender nestes últimos meses sobre a Presidência do Comitê.

Primeiro, que o Presidente é mais do que um simples diretor de debates. É, antes do que nada, quem tem que fornecer todas as idéias a seu alcance, surgidas das intervenções dos senhores, para chegarmos a acordos positivos, no âmbito da unanimidade ou no consenso.

Segundo, tenho de lhes confessar que, como Presidente, estudei mil vezes mais os documentos do que ao apenas exercer minha função de Representante Permanente, quando posso deixar com meus colegas de Representação muitas das obrigações exercidas pelos grupos de trabalho e pelas comissões.

Terceiro, um presidente tem de conhecer previamente a forma e o fundo da agenda a tratar, para poder expor os assuntos da forma mais concreta e clara possível, para que as Representações entendam do quê estamos falando. Tenho de lhes confessar que estes seis meses foram de militância literária nos numerosos projetos, documentos e estudos que passaram por minhas mãos antes de serem tratados neste Comitê.

Quarto, na Presidência é preciso procurar que todas as sessões terminem um passo além da anterior. É frustrante quando ocorre o contrário, pois fica o sentimento do fracasso inequívoco de ter falhado aos colegas.

Quinto, a seriedade e solenidade do Tratado de Montevideu 1980 é indiscutível, senhores Representantes. Isto obriga o Presidente do Comitê a esquecer qualquer sentimento comparativo com outras organizações conexas e, com um complexo de superioridade não criticável, que deve contagiar seus colegas, pensar que temos o melhor instrumento da integração latino-americana e caribenha, ainda melhor porque nós o inventamos, pois não foi idéia, Deus seja louvado, de outros que não tinham nada a ver com a integração dos iguais, para desenvolver suas economias em paz e com segurança entre nós. Tive a imensa sorte, no início desta aventura que chamamos atrevidamente de integração, pois não entendíamos muito a respeito naquela época, de participar no último lugar nos preparativos de criação da ALALC, com a qual começamos a viagem que hoje percorremos.

O professor Einstein disse alguma vez que “a imaginação é mais importante que o conhecimento”. E eu concordo com ele, pois exerci esta Presidência com uma audácia às vezes exagerada, com o intuito de alcançar o que todos buscamos, fazendo coincidir posições e vontades. Esta tarefa não teria sido possível sem a ajuda dos senhores, colegas dos doze países irmãos, que tiveram que agüentar muitas vezes, com elegância diplomática, minha veemência e meu desejo de concluir bem nossas tarefas.

E felizmente, eu disse que não faria nenhuma reflexão. Fiz isto brevemente, e para fazê-lo ainda mais breve, distribuí pessoalmente em suas pastas um documento informal, para lembrá-los de tudo o que os doze fomos capazes de fazer no primeiro semestre deste novo século XXI. Sinto-me orgulhoso ao ver que os doze cumprimos com nossas tarefas e obrigações da melhor forma possível quando, sem deixar cada um de defender seus interesses nacionais, demos o salto qualitativo de defender mais e melhor os interesses da América Latina e do Caribe.

E continuamos a fazê-lo. Obrigado, senhores Representantes, Permanentes e Alternos, obrigado, Secretário-Geral, obrigado Secretários Adjuntos, e obrigado a Jorge Rivero e à equipe técnica e administrativa da Secretaria, sem a qual nossa tarefa seria difícil e lenta para todos.

Entrego agora a batuta desta bela orquestra, que é o Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, ao senhor Representante Permanente do Uruguai, Embaixador Elbio Rosselli, que vai exercer a Presidência do Comitê neste segundo semestre com dedicação exclusiva. E sem dúvida vai desempenhá-la com seu habitual brilho e precisão. Muito obrigado a todos.

- Aplausos.

- Assume a Presidência o Embaixador Elbio Rosselli.

PRESIDENTE. Como primeira função desde a Presidência, vamos entregar ao Embaixador Carlos Higuera a campanha com a qual muitas vezes nos fez advertências, nem sempre atingindo seu objetivo, demonstrando não apenas entusiasmo, mas também a eficiência com a que se desempenhou nestes seis meses.

Senhores Representantes Permanentes, eu serei muito breve, fazendo apenas uma alusão a esta singela cerimônia de transferência das responsabilidades da Presidência do Comitê de Representantes.

Carlos, com certeza, em sua menção aos trabalhos desde a Presidência colocou com clareza o desafio que o exercício deste cargo implica. Também colocou a necessidade de que seja cumprido com dedicação exclusiva. Isto significará, para alguns de nós, simplesmente duplicar o horário do dia, não nosso horário de trabalho: teremos de incorporar 24 horas mais a cada dia, mas aceitamos o desafio com prazer, cientes, além disso, de que contamos com o apoio das Vice-Presidências, de que a Mesa do Comitê é uma idéia excelente, e no caso concreto de minha experiência até o momento, sei que o Embaixador Higuera usou não apenas com freqüência, mas com capacidade de proposta e de trabalho.

Neste segundo semestre ainda temos pela frente tarefas para cumprir, especialmente tudo o que emana do mandato recebido da última reunião do Conselho de Ministros, através da Resolução 54 (XI), e teremos de nos dedicar a isto.

Com referência ao Conselho de Ministros, também temos, não apenas a tarefa da preparação dessa reunião, mas inclusive aspectos referentes à necessidade de já estabelecer uma data para sua celebração, a possibilidade ou não de, nos preparativos dessa reunião, convocar uma reunião de altos funcionários e, por último, mas não menos importante, lembrar que também temos assuntos ligados à aprovação do orçamento da Associação para o próximo ano e à tomada das decisões requeridas para a eleição das autoridades da Associação, que também deveria ser feita na próxima reunião do Conselho de Ministros.

Não é pouco o trabalho pendente, especialmente perante os desafios que a região e o processo de integração na ALADI têm por diante e portanto, temos de nos esforçar nesta tarefa.

Agradeço antecipadamente sua colaboração, a das respectivas Representações, e a da Secretaria-Geral e de seus funcionários.

2. Assuntos em Pauta

Concluídos meus comentários, continuamos com a Ordem do Dia, passando ao segundo ponto, Assuntos em Pauta, para o qual peço ao senhor Secretário-Geral, que tenha a gentileza de nos informar.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente. Antes de anunciar os Assuntos em Pauta, gostaria de manifestar, em nome da Secretaria-Geral, nossa satisfação por termos podido compartilhar estes últimos seis meses de trabalho com o senhor Embaixador Carlos Higuera, Representante do Peru, como Presidente do Comitê de Representantes. Foi uma experiência verdadeiramente fascinante e muito enriquecedora para nossa vida profissional e pessoal.

Queremos aproveitar esta ocasião para, em nome da Secretaria-Geral, agradecer também ao Embaixador Higuera, não apenas suas contribuições, mas também o respeito e consideração que sempre teve conosco, e porque nos permitiu unir esforços para avançarmos neste processo de integração. Muito obrigado, Embaixador Higuera.

E ao senhor, Embaixador Rosselli, como novo Presidente do Comitê, dar-lhe as boas-vindas. Sabemos que tem múltiplos compromissos assumidos em diversas atividades. O senhor vai duplicar suas atividades, mas nós estamos também a sua

disposição, para duplicarmos nosso esforço e contribuirmos para que o senhor faça uma excelente Presidência durante o segundo semestre deste ano.

Quanto aos Assuntos em Pauta, os senhores têm o documento correspondente na pasta que é distribuída regularmente nestas sessões a cada uma das Representações e faz parte da presente ata.

1. Representação Permanente do Chile. Nota N° 046/01, de 4.VII.2001.

Comunica que a partir de 1° de julho o Conselheiro, Senhor Flavio Tarsetti Quezada, vai se desempenhar como Representante Alternativo.

2. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 389/01, de 4.VII.2001.

Comunica que o Primeiro Secretário do Serviço Exterior, Doutor Carlos Gitto, foi designado para prestar funções nessa Missão.

3. Representação Permanente do México. Nota N°. 251/01, de 2.VII.2001.

Comunica que a data de cessação de funções do engenheiro Juan Antonio Nevárez Espinoza, Assessor Técnico da Representação será no dia 3.IX.2001.

4. Representação Permanente da Argentina. Nota CR N° 62/01, de 4.VII.2001

Comunica que por Decreto n° 415/91 foram incorporados ao ordenamento jurídico interno os Décimo Segundo e Décimo Quarto Protocolos ao ACE n° 6.

Esta nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1266.

5. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 146, de 2.VII.2001.

Anexa cópia do Decreto n° 3.854, de 29.VI.2001, pelo qual entra em vigor o Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n° 39.

Trâmite: Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1264.

6. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 145, de 2.VII.2001.

Anexa cópia do Decreto n° 3.853, de 29.VI.2001, pelo qual entra em vigor o Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Comércio N° 5 (Acordo de Recife).

Esta nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1265.

7. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 148, de 5.VII.2001

Anexa cópia do Decreto n° 3.857, de 3.VII.2001, pelo qual entra em vigor o Quadragésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n° 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai em 30.IV.2001.

Esta nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1270.

8. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.118, de 2.VII.2001.

Envia Decreto nº 1145, de 13.VI.2001, por meio do qual se incorpora a sua Legislação Nacional a vigência do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 39, celebrado entre as Repúblicas da Colômbia, Equador, Peru e Venezuela com a República Federativa do Brasil.

Esta nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1268.

9. Representação Permanente do México. Nota Nº 248/01, de 4.VII.2001

Comunica vigência do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 9, assinado entre o Brasil e o México.

Esta nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1267.

10. Representação Permanente do México. Nota Nº 250/01, de 4.VII.2001

Comunica a vigência dos Décimo Segundo e Décimo Quarto Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica nº 6, assinado entre o México e a Argentina.

Esta nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1269.

11. Organização Mundial de Comércio. Comitê Organizador. Nota de 30.V.2001.

Nota do Comitê Organizador da 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, comunicando que esta será no mês de novembro em Doha, **Catar**.

12. Sistema Econômico Latino-Americano. Notas SP/01-629 e 630, de 3.VII.2001.

Convida o senhor Secretário-Geral para assistir ao Seminário Internacional, "Integração Latino-Americana e Caribenha: Empresa necessária e possível", nos dias 25 e 26 de julho. Também solicita ao senhor Secretário-Geral efetuar uma apresentação no bloco temático dedicado à "Dimensão Econômica da Integração". Em anexo envia a lista de participantes.

13. Atualização do documento ALADI/SEC/dt 401 e da Resolução 53 do Comitê de Representantes sobre Procedimentos Aduaneiros (ALADI/SEC/dt 431).

14. Relatório sobre a reformulação do documento ALADI/CR/dt 122/Rev. 1 (ALADI/SEC/dt 432).

15. A política comercial na ALADI: necessidades e propostas de ação para a convergência regional (ALADI/SEC/Estudo 134).

16. Atualização do Relatório sobre a evolução e funcionamento do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (ALAD/SEC/di 1533).

17. Seminário-Oficina: Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico na região (Conclusões e Recomendações) (ALADI/SEC/di 1534).

18. Relatório e recomendações emanadas da VI Reunião Técnica das Oficinas Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior da ALADI (ALADI/SEC/di 1535).

Destacamos a nota da Representação Permanente do Chile, que comunica a designação do Conselheiro Flavio Tarsetti Quesada como Representante Alternativo a partir do dia 1º de julho passado. Desejamos-lhe muito sucesso na continuação de suas atividades nesta Associação.

Igualmente, a nota da Representação Permanente do Uruguai, que comunica a designação do Doutor Carlos Gitto como Primeiro Secretário dessa Missão. Também lhe damos as boas-vindas; é um antigo amigo desta Casa e também nosso amigo pessoal. Muito sucesso também em sua gestão.

E a nota da Representação Permanente do México, que comunica a cessação de funções do senhor Juan Antonio Nevárez Espinoza, a partir do dia 03 de setembro próximo. Desejamos ao senhor Nevárez o maior dos sucessos ao retornar ao México nas novas funções que terá de desempenhar e fazemos votos por sua ventura pessoal e familiar.

Cabe destacar, adicionalmente, a nota da Representação Permanente do México, na qual propõe incluir alguns pontos na agenda provisória da V Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, que foi publicada no documento ALADI/CR/di 1254.

Por outro lado, senhor Presidente, os senhores têm em sua pasta o documento ALADI/SEC/di 1535, que contém o relatório e as recomendações da VI Reunião Técnica das Oficinas Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento de Informação de Estatísticas de Comércio Exterior. Na próxima sessão do Comitê, este ponto será incluído na Ordem do Dia, a fim de analisar os resultados de recomendações que surgiram dessa reunião.

Presidente, cabe destacar também a nota do Comitê Organizador da IV Reunião Ministerial da Organização Mundial de Comércio, convidando a Associação a participar do referido evento, em Doha, Catar, no próximo mês de novembro.

Finalmente, senhor Presidente, a nota do Secretário Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano, SELA, convidando-nos a participar do Seminário internacional, "Integração Latino-Americana e Caribenha: Empresa necessária e possível", nos dias 25 e 26 do corrente mês, em Caracas, ao qual assistiremos acompanhando o senhor Presidente da República, Hugo Rafael Chávez Fría, e o Secretário Permanente do SELA, na reabertura da sede, que, como é de conhecimento público, sofreu alguns inconvenientes físicos e graças à colaboração do Governo venezuelano foi recuperada, e o SELA voltará a se instalar em sua sede original.

Nessa oportunidade, senhor Presidente, participaremos todos os Secretários-Gerais ou Diretores dos Organismos de Integração e Cooperação da região e a ocasião será propícia para uma reflexão muito profunda em torno do processo de integração regional. Também vão participar desse evento os ex-Secretários Permanentes do Sistema Econômico Latino-Americano e outras figuras do mundo econômico, político e social da região, que estiveram ligados, ou estão neste

momento, ao desenvolvimento da integração latino-americana. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 770ª sessão.

Passando ao seguinte ponto da Ordem do Dia, corresponde a consideração da ata da 770ª sessão, que consta na pasta das Representações. O México me solicita a palavra.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente. Temos observações de forma, que entregaremos à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Ofereço a palavra à Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Senhor Presidente, também entregaremos observações de forma à Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González). No mesmo sentido, Presidente; já entregamos observações de forma à Secretaria.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Igualmente, Presidente.

PRESIDENTE. Tomaremos nota das observações que já chegaram e das que ainda chegarão, e a Secretaria agirá como sempre.

Se não houver outras observações, daremos por aprovada a ata da 770ª sessão.

4. Cumprimento da encomenda ao Comitê de Representantes da Resolução 54 (XI) (ALADI/CR/dt 164, ALADI/CR/di 1261 e Doc.Inf.627).

Passamos ao ponto 4, Cumprimento da encomenda ao Comitê de Representantes da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.

Nesta matéria, é preciso lembrar que temos três documentos: o ALADI/CR/dt 164, que contém uma proposta dos países da Comunidade Andina, como índice remissivo do documento a ser elaborado para o cumprimento da Resolução 54 (XI), o ALADI/CR/di 1261, apresentado pela Delegação do Brasil, e o documento Informativo 627, preparado pela Secretaria, por instruções da Mesa.

Os senhores Representantes têm toda essa documentação; portanto, ofereço a palavra às Representações a fim de iniciar o debate sobre este assunto.

Ofereço a palavra ao senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente. É para comentar a proposta da Comunidade Andina.

Nós nos reunimos para tentar fazer uma contribuição sobre a estrutura que deve ter o documento a ser apresentado ao Conselho de Ministros e conseguimos elaborar este pequeno esboço, que será submetido à consideração dos senhores. É uma idéia que pode servir como guia para trabalhar com um pouco mais de ordem sobre o documento a ser apresentado ao Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. O Brasil solicita a palavra.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, como é a primeira vez que falo desde que o senhor está sentado na cadeira da Presidência, quero parabenizá-lo por sua assunção do cargo e dizer-lhe que estamos preparados para colaborar com sua Presidência em tudo o que seja possível.

Também queria fazer constar o agradecimento mais profundo de minha Delegação pelo trabalho do senhor Representante Permanente do Peru, Embaixador Carlos Higuera, durante estes seis meses que hoje terminam, que foram muito importantes para a fase de transição que estamos vivendo na Associação. Nossa Delegação teve imenso prazer em trabalhar com o Embaixador do Peru e queremos fazê-lo constar, e acho que falo em nome de todos nossos colegas quando digo que vamos seguir contando com a colaboração e liderança do Embaixador Higuera desde a Vice-presidência deste Comitê.

Senhor Presidente, queria apenas perguntar como pretende tratar este ponto de nossa agenda, porque se fosse o caso, eu faria uma sucinta apresentação da proposta do documento brasileiro que já circulou e depois poderíamos começar a discutir o documento da Secretaria. Estou em suas mãos.

PRESIDENTE. Minha idéia ao anunciar a existência de dois documentos procedentes de Representações e um da própria Secretaria-Geral era ouvir as considerações que as Representações quisessem fazer sobre seus respectivos documentos. Foi por isso que imediatamente demos a palavra às Representações, sem intervir.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Muito obrigado, Presidente. Eu tentarei apresentar sucintamente o documento brasileiro informal que circulou com o número 1261.

Trata-se de uma sugestão de metodologia de trabalho para nossas tarefas neste segundo semestre, referentes ao cumprimento da Resolução 54, literal a), do Conselho de Ministros. Eu faço algumas sugestões para organizar o trabalho, que teria de nos conduzir antes do fim do ano a um projeto de resolução que o Comitê submeteria ao Conselho de Ministros, contendo uma avaliação do funcionamento da ALADI até hoje ou uma sugestão de medidas consensuais para fortalecer o papel da Associação no futuro.

Nós propomos dividir essa tarefa em quatro áreas, que não necessariamente seriam tratadas uma depois da outra. Poderia ser em paralelo, ou seja, de forma simultânea. A primeira área seria uma análise profunda, uma discussão entre nós sobre o grau de cumprimento do Tratado de Montevideú, isto é, os Governos membros da Associação estamos cumprindo o que acordamos no ano 80 e o que temos repetido desde então nestes 20 anos. Caso contrário, anotamos o que temos de fazer para cumpri-lo.

Como diz no documento, as situações que possam comprometer a Associação, sua imagem, sua eficácia, etc. teriam de ser identificadas e, certamente, teríamos de nos basear nesta análise e em algum tipo de papel, um documento que nos apresentasse, sem juízos de valor, apenas um inventário dos artigos do Tratado de Montevideu e do cumprimento das normas desses artigos. É claro, o único caminho que encontramos foi pedir à Secretaria-Geral que elaborasse uma espécie de quadro resumido, indicando o grau de implementação de cada um dos artigos do Tratado. Eu estou plenamente consciente de que esse é um assunto delicado, mas não vejo como falar seriamente do futuro da Associação, o futuro da ALADI, sem fazermos uma reflexão, nós, os doze Governos membros, a respeito do cumprimento das normas acordadas e incorporadas a nossos sistemas jurídicos internos, no que se refere ao Tratado de Montevideu 1980.

A segunda área de reflexão interna seria discutir entre nós as medidas reais para fortalecer a Associação. Nessa área temos a vantagem dos resultados que recebemos das reuniões de Consulta e Avaliação que já fizemos – e ainda resta fazer uma – nas quais recebemos todo tipo de propostas, procedimentos, pequenos, grandes, impossíveis, possíveis. Vamos precisar de um inventário, mas não contendo apenas algumas, como é o caso do documento da Secretaria, o 627, e sim um inventário completo, exaustivo, de todas as propostas, com identificação clara de quem as fez nesta Mesa, nessas reuniões de Consulta e Avaliação.

Por um lado isto e, por outro, nós e os Governos temos não apenas o direito, mas o dever de apresentar propostas para ações relativas ao futuro da ALADI. Então, esta segunda área consistiria em debater entre nós as propostas que escutamos aqui, tanto propostas novas quanto velhas que os Governos decidam apresentar ou re-apresentar para nossa consideração.

A terceira área seria a questão das ações comuns da ALADI. Presidente, aqui discutimos o tempo todo propostas sobre aperfeiçoamento das normas comuns da Associação, mas nunca, que eu lembre, nos últimos seis anos tivemos um debate sistemático, organizado e exaustivo de todos os campos de atuação da Associação até agora, para ver se: primeiro, estamos cumprindo com o que já acordamos em cada um desses campos, e segundo, o que podemos fazer para aperfeiçoar uma ação comum em relação a cada um deles. Então, o que nós fizemos aqui foi, unicamente, uma lista dos grandes assuntos que estão no Programa de Atividades da Associação. Nada do que está aqui é novo, está tudo no programa de trabalho da Associação deste ano, mas pusemos os seguintes assuntos, entre outros, porque é possível que as Representações possam nos apresentar outros.

Temos que fazer um debate sistemático, organizado, destes assuntos, temos que acordar uma agenda; na terça-feira da próxima semana vamos discutir artesanato, cultura e tecnologia; na quarta-feira da semana seguinte, outros, e assim por diante. Fazer uma discussão sistemática de alguns ou muitos desses assuntos, nós entendemos que temos de pedir instruções a nossos Governos e fazer um estado de situação de nossas próprias posições nacionais para ver se podemos chegar aqui e consentir formas novas ou velhas de ações comuns. É um debate longuíssimo, talvez profundo, mas acredito que é a única saída possível. Antes de seguir falando sobre normas comuns sobre um ou dois assuntos é preciso analisar tudo e ver se consentimos em que assuntos vamos aprofundar as normas comuns.

Finalmente, a quarta área desta reflexão sobre o futuro da ALADI abrange algo que já começamos a fazer neste Comitê: os trabalhos de aperfeiçoamento e os

processos de decisão do Comitê. Como sugerimos em nossa proposta, considerando que, assim que o Comitê alcançar determinados consensos de sua competência, terá de adotar o mais rápido possível a resolução correspondente – nós já começamos a fazê-lo com a Resolução 262, que adotamos alguns dias atrás sobre o funcionamento dos grupos de trabalho –, teremos outro ponto em nossa agenda de hoje, inclusive este assunto sobre aperfeiçoamento. É uma área importante de métodos e modalidades de trabalho do Comitê, porque se não melhorarmos nossos métodos de trabalho não poderemos fazer o que está proposto nas três primeiras áreas.

Presidente, isto não é uma proposta de substância, é apenas uma proposta de metodologia de trabalho, uma proposta, que como sempre digo, se os senhores a acharem ambiciosa demais, vamos discuti-la, vamos tentar aperfeiçoá-la; o único que me parece importante é conseguirmos estar de acordo sobre uma discussão de fundo sobre o futuro da Associação. Não cabe aos peritos que estiveram aqui, nas longas sessões de trabalho, decidir sobre o futuro da Associação, cabe a nós, os Governos, fazê-lo, levando em conta todo tipo de fatores, também os que escutamos, mas para fazê-lo temos de nos organizar, e é neste sentido que minha Delegação, com estilo muito informal, apresentou este papel que agora ponho à consideração dos senhores.

Teria observações ao documento 627 da Secretaria, mas paro aqui, Presidente, para não cansar o senhor nem meus colegas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Denot. Temos na lista de oradores quatro Representações que solicitaram o uso da palavra.

Acho que a apresentação que o senhor nos fez da proposta de trabalho, na verdade, que a Delegação do Brasil nos faz, não foi apenas clara, mas também provocante. Em ordem tenho até o momento as Representações do Peru, México, Chile e Argentina; portanto, ofereço a palavra ao senhor Vice-Presidente, o Embaixador Carlos Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente. Para parabenizá-lo, fica muito bem nessa cadeira.

Senhores Representantes, eu estou muito satisfeito porque finalmente tratemos este assunto, porque acho que vamos poder avançar com esta encomenda dos senhores Ministros. Por enquanto temos três documentos muito importantes: o documento apresentado pela Mesa, baseada em um documento realizado pela Secretaria, o documento 627, temos o documento 164, da Representação da Venezuela, como Coordenadora da Comunidade Andina e, por último, e muito importante, o documento que a Delegação do Brasil nos apresenta com este cronograma de trabalho para o próximo semestre.

Eu acho que temos de avançar em etapas, sem desmerecer nenhum dos documentos, e tratá-los de acordo com o que é mais urgente neste instante. Referente a este ponto, minha Representação gostaria, primeiro, de agradecer à Secretaria-Geral a elaboração em conjunto deste documento informativo 627, muito breve, curto, conforme a Mesa sugeriu, titulado “Estudo da Evolução do Processo de integração no âmbito da ALADI”. Este documento, como todos os senhores puderam ler, sintetiza as atividades que tivemos nestes últimos seis meses, aproximadamente, para dar cumprimento ou para iniciar o cumprimento da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.

Acreditamos, como sempre disse, que o perfeito é inimigo do bom. Este documento resume muito bem, breve e claramente, as tarefas que desenvolvemos durante este semestre, ligadas à análise e à discussão de vários documentos, de várias reuniões que tivemos de Consulta e Avaliação, e algumas propostas apresentadas nesse lapso de reflexão que tivemos nos últimos meses.

Também acreditamos que este documento pode ser melhorado nestes dias, obviamente, com a sabedoria dos senhores todos, mas é evidente que já temos de apresentar algo aos Ministros, para que saibam que estamos trabalhando. Todos nós mandamos nossas mensagens, telegramas, informações, análises a nossas Chancelarias da forma como se desenvolvem estas discussões, estes debates, mas eu gostaria de mandar a minha Chancelaria uma espécie de telegrama, de mensagem ônibus, contendo tudo o que fizemos, e a verdade é que ainda não tive coragem de fazê-lo pois ainda nos resta fazer na próxima semana esta reunião de assimetrias, que também é muito importante.

Imagino que, baseados nestas reuniões para tratarmos este assunto, poderíamos ir examinando o documento informativo 627 e introduzir nele as modificações necessárias, porque os senhores sabem muito bem que os Ministros têm muito pouco tempo para ler documentos extensos. Portanto, minha Representação sugere que o parágrafo D, que trata sobre algumas propostas apresentadas no lapso destes seis meses, esteja em anexo, não como decisão do Comitê, mas como documento informativo do que escutamos nestes meses. Seriam, sim, uma decisão do Comitê as duas ou três primeiras páginas que iriam como documento principal para os Ministros, esta memória.

Quanto às propostas, poderíamos pôr as que os senhores forem pensando, com certeza a Secretaria já tem marcadas em amarelo as múltiplas idéias sugeridas pelos senhores técnicos quando estiveram aqui – temos uma lembrança muito boa disso, pois foi muito positivo para nós todos aprender mais do que podemos saber em campos técnicos, dos quais às vezes estamos tão afastados, como a energia, o transporte, as comunicações, etc.

Esta seria minha primeira proposta: discutirmos este documento para termos algo para apresentar; eu suponho que os senhores concordam comigo. Em minha Chancelaria me perguntaram o que estamos fazendo a respeito da Resolução 54 (XI), é claro que eu lhes respondi. Também queriam saber o que está fazendo o Comitê de Representantes a respeito. Por isso, acho que seria importante dizer aos Ministros que esperem mais um pouco, que até agora fizemos isto e que vamos continuar a fazê-lo, para termos já em setembro ou outubro – segundo o cronograma apresentado pelo Brasil – um documento de base para a reunião dos senhores Ministros em Montevidéu.

Considero que a proposta andina, que o Peru apóia 100%, é uma terceira etapa, nós achamos que teria de ser a estrutura final do documento. A discussão a este respeito também está aberta, mas acredito que não é tão urgente como o primeiro documento que mencionei. Por isso é que eu, como Representante Permanente, gostaria de lhes dizer que seria muito útil que enviássemos aos senhores Ministros um relatório sobre os avanços atingidos até o momento, em relação à encomenda por eles formulada, colocando em anexo as conclusões que já mencionei. É tudo, por enquanto. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Higuera. Ofereço a palavra ao senhor Representante do México, senhor Juárez.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, Embaixador.

Sobre este assunto, queremos expressar alguns comentários; primeiro agradecer as contribuições da Secretaria-Geral, da Representação da Venezuela em sua condição de Presidência pro tempore da Comunidade Andina, e ao Brasil o documento proposto, que nos parece uma boa referência para nossas deliberações.

Segundo, a respeito da estrutura do documento, da mesma forma como os países da Comunidade Andina, pensamos que seria bom elaborar um resumo executivo e acreditamos que o estudo e seu resumo executivo têm de estar estruturados em dois capítulos substanciais: 1) evolução do processo de integração em suas dimensões bilaterais, sub-regionais e regional e 2) recomendações e propostas de medidas e ações concretas para fortalecer o papel da ALADI na próxima década.

O primeiro capítulo teria de conter os seguintes três sub-capítulos, similares aos propostos pela Comunidade Andina: o primeiro, principais tendências que caracterizam o processo de integração regional; o segundo, avaliação do funcionamento da ALADI, destacando suas fortalezas e fraquezas; e o terceiro, o destaque do processo de integração regional no contexto político e econômico atual e suas perspectivas.

Quanto à fonte para a elaboração do estudo, concordamos em que o primeiro capítulo tem de se basear no documento 428, apresentado pela Secretaria-Geral, enriquecido com comentários e propostas que surgiram tanto das reuniões de Consulta e Avaliação quanto de outros estudos e relatórios considerados relevantes na matéria.

Na elaboração do segundo capítulo, acreditamos que, além das sugestões da Comunidade Andina, teríamos de considerar as propostas que possa apresentar a própria Secretaria-Geral.

Finalmente, queremos fazer algumas considerações a respeito do programa de trabalho do Comitê de Representantes, que tem muito a ver com a proposta apresentada pela Delegação do Brasil. Então, no primeiro capítulo, referente à evolução do processo de integração em sua dimensão bilateral, sub-regional e regional, poderíamos avaliar a possibilidade de que fosse desenvolvido pela Secretaria-Geral, para depois ser revisto e aprovado pelo Comitê de Representantes. Consideramos isto muito importante porque consideramos que agora o Comitê tem de estar dedicado a elaborar a segunda parte do estudo que, desde nosso ponto de vista, é a parte principal do documento.

Quanto à elaboração do segundo capítulo, julgamos que temos de iniciar nossos trabalhos com a análise e discussão de um inventário de propostas, de medidas, de ações concretas para fortalecer o papel da ALADI na próxima década, como propõe o Brasil em seu documento, e que pode ser preparado pela própria Secretaria-Geral. Sugerimos que a análise deste inventário a ser apresentada pela Secretaria seja feita no âmbito das reuniões de Chefes de Representação, ordenando nossas discussões dos assuntos também indicados pelo Brasil em seu documento, que poderiam ser os

seis assuntos ou áreas a seguir, que o próprio Comitê adotou por ocasião do ciclo de reuniões de Avaliação e Consulta.

Estas são as considerações que nós queríamos pôr sobre a mesa, e como as outras Representações, sujeitas a discussão e avaliação, visando encontrar e chegar ao melhor resultado em nossos trabalhos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado por seus comentários e propostas. Ofereço a palavra à Representação do Chile, Embaixador Casanueva.

Representação do Chile (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Eu também me uno às felicitações e aos bons augúrios para um bom desempenho do senhor na Presidência, em um semestre chave, como o que coube ao Embaixador Higuera. Este é um ano chave, como já disse o Embaixador do Brasil, estamos em uma fase de transição, na qual temos um mandato preciso de avaliar o funcionamento da ALADI e de fortalecê-la, temos de ser capazes de fazê-lo, para isto precisamos de uma boa condução, e sem dúvida vamos tê-la. Já a tivemos e vamos tê-la.

Eu gostaria primeiro de recolher a preocupação do Embaixador Higuera por cumprir, embora não totalmente, mas pelo menos de forma preliminar, com nosso compromisso como Comitê, mencionado na própria Resolução 54, de apresentarmos um documento. Já estamos fora do prazo, porque os nove meses se completaram em maio. Temos de apresentar um documento a nossos Chanceleres, para que os diversos assuntos e aspectos que tratamos possam ser ponderados, a fim de cumprir com esta resolução de nossas Chancelarias. Eu também estou preocupado por isto, também me perguntaram a respeito, querendo saber o que estamos fazendo, pois embora saibam que estamos trabalhando, algumas pessoas também querem ver conclusões.

Então, eu concordaria muito com que emitíssemos um documento o mais rápido possível, não precisa ser um documento definitivo, mas um documento preliminar para remetê-lo a nossas Chancelarias como primeira fase do cumprimento cabal da Resolução 54, e esse documento teria de ser simplificado para não entrarmos como Comitê em uma valorização a priori de vários aspectos que foram tratados aqui. Eu sugiro que esse documento seja um relatório completamente objetivo do que o Comitê resolveu fazer para cumprir com o mandato da Resolução 54 (XI).

Em outras palavras, praticamente a primeira parte do documento que nos apresenta a Secretaria, incluindo que levamos a sério essa tarefa e que como Comitê resolvemos fazer isto, o que foi feito, e depois, em anexo, pôr todos os relatórios das reuniões de Consulta e Avaliação, porque já temos relatórios de todas as reuniões realizadas. Vai nos faltar uma que ocorrerá na próxima semana, e o documento da Secretaria-Geral, este documento preliminar que nós mesmos encomendamos com seus anexos. Aprovar essa idéia aqui, no Comitê, e mandar o documento às Chancelarias para concluirmos uma primeira fase. Esta é minha primeira sugestão, que coincide com o que já foi dito.

Segundo, Presidente, para trabalhar neste semestre, visando ter um projeto de resolução para o Conselho de Ministros, precisamos de um âmbito para o trabalho e eu acho que o papel apresentado pelo Brasil, com as explicações complementares dadas pelo Embaixador, é âmbito adequado para o trabalho a realizarmos durante este semestre; eu gosto muito do documento todo, especialmente do ponto 1, onde

vamos examinar o grau de cumprimento de cada uma das disposições do Tratado, mais ainda, porque isso implica, e eu quero entendê-lo assim, que comecemos a avaliar também o grau de cumprimento, porque no fundo é isso, o grau de cumprimento de cada um de nós a respeito do espírito e da letra do Tratado; portanto, acredito que é saudável entrar nesse exercício e é fundamental para podermos depois dizer que vamos fortalecer esta Associação, desta forma e com todas as conseqüências que isto pode ter, porque se vamos fazer essa avaliação, temos de vê-lo com todas suas conseqüências referentes aos aspectos de nosso relacionamento como países.

Portanto, eu adotaria e sugeriria que adotássemos este documento, com uma pequena ressalva no ponto 2, onde indica fazer um inventário das propostas dos países-membros, segundo eu entendo, por um lado, uma espécie de matriz, de quadro comparativo dos países-membros e, por outro, as sugeridas pelos peritos das reuniões de consulta. No meio eu poria também as que surgiram dos seminários-oficina, que foram feitos paralelamente, como por exemplo o de infra-estrutura, o de comércio eletrônico ou outros, que seria bom levá-los em conta porque são dados importantes para este trabalho.

Terceiro, Presidente, acho que o que temos de decidir aqui, antes que o esquema – é muito interessante a proposta da Comunidade Andina sobre o esquema do documento final – seria vai ser nosso ritmo de trabalho como Comitê, se vamos constituir um grupo de trabalho ad hoc como no ano passado para a Resolução 54 (XI) ou não. Eu não me pronuncio muito a respeito disso, porque aquele grupo de trabalho finalmente foi integrado por nós mesmos, ou seja, na verdade não faz muito sentido criar ficções, mas poderíamos dizer: vamos ter um ritmo de trabalho de “x” sessões no mês, exclusivamente dedicadas a trabalhar no âmbito do papel do Brasil, com vistas à resolução do Conselho de Ministros; vamos fazê-lo como Chefes de Representação ou como Comitê de Representantes.

Em fim, tomar decisões a respeito disso e, se atingirmos esses três objetivos, não sei se é possível fazê-lo ainda hoje de manhã, mas se fosse possível, já teremos ganho muito, e depois, então, sob a condução da Presidência já entraríamos neste semestre na totalidade do trabalho que nos encomendou o Conselho de Ministros. É tudo, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador Casanueva. A Argentina tem a palavra, senhor Ministro Ruiz.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Tenho que confessar que a exposição que acaba de fazer o senhor Representante do Chile vai fazer que demore mais um pouco em parabenizá-lo por sua nova cadeira, o senhor já mudou muitas e todas muito bem; portanto, espero que esta seja para o senhor tão confortável quanto todas as outras. Também quero agradecer ao Embaixador Higuera o excelente trabalho que fez nos últimos meses.

Este é um momento, realmente, de transição desta Organização, senhor Presidente. O senhor Embaixador do Chile acaba de fazer um resumo excelente do que nós podemos pensar. Há uma primeira etapa que em certa forma todos já cumparamos, que é o relatório a nossas capitais, todo esse material que em certa forma está contido nas letras a), b) e c) do documento da Secretaria; obviamente já o mandamos, mas ali está resumido, é um bom resumo dos trabalhos. Isto, junto com os resultados dos seminários-oficina de peritos, como muito bem dizia o Embaixador

Casanueva. Seria necessário pôr ênfase nisto, para isto aprovamos a Resolução 261 e montamos este modelo de trabalho; com isto cumpriríamos a primeira parte de nossa tarefa; isto é, estamos trabalhando, eis o que fizemos e teríamos de passar a uma segunda fase.

A segunda fase – e sinto citar tanto o senhor Representante do Chile – é a metodologia; temos de definir uma metodologia para ver como fazemos para chegarmos ao documento final que vamos apresentar aos Ministros, e sinto que o documento apresentado pelo Brasil é uma metodologia mais do que adequada, nós vemos poucas coisas em essência que possamos adicionar ou emendar. Obviamente, isto requererá aprofundar nele, discuti-lo, adicionar idéias, mas basicamente através destas quatro áreas que o Embaixador Denot mencionou, acredito que nos levaria suave e tranqüilamente ao objetivo final, que é a proposta que eventualmente faremos aos senhores Ministros.

Eu não sei se neste momento, como sugeria o Chile, teríamos de ver os formatos; posso dizer que é fácil a questão do formato, Chefes de Representação, este é o formato ideal porque, como já disse Héctor, somos todos os mesmos, – não no caso de meu chefe que, coitado, está com hepatite, mas com certeza vai estar em condições quando o Comitê de Representantes se reunir para discutir estes trabalhos –, acho que é o mecanismo que já usamos no passado e que realmente tem nos dado bom resultado, pelo qual não deveríamos mudá-lo. Então, Presidente, em geral, eu diria que este é o caminho que vemos daqui até nossa futura reunião ministerial. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação da Argentina. A Representação da Venezuela me solicitou a palavra, senhor Vice-presidente, Embaixador Rodrigo Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente. Espero não ter de me sentar aí com muita freqüência. O senhor me disse que vai estar permanentemente aí, dirigindo-nos em nossas discussões, mas em todo caso, sempre estarei a sua disposição.

No mesmo sentido que aqueles que me antecederam, são dois os documentos que temos de preparar: um é o relatório de avanço, que está perfeitamente estabelecido no mandato do Conselho de Ministros, que ainda vai ser feito, porque por enquanto não chegamos a nenhuma conclusão e deveríamos avançar no que já foi dito, entre outros, nos seminários, em nossas discussões sobre o próprio documento 428 da Secretaria, algumas avaliações e estudos que foram feitos e mais outros, que poderíamos anexar a este documento de avanço.

Depois, teríamos de tomar decisões sobre o cronograma de discussão, que é basicamente como o está apresentando o Brasil. Aí podemos distinguir vários aspectos do que foi tratado; um é como vai ser o processo da discussão. Podemos fazê-lo em um grupo ad hoc, como disse o Chile, ou de outra forma; temos de determinar como vai ser a discussão, se vai ser freqüente, se vai ser além das reuniões ordinárias do Comitê de Representantes, etc.

Depois, um assunto que o Brasil trata muito e o toca em outros documentos, o dos assuntos a tratar, quais são os assuntos que nós temos que tratar e o que é que vamos discutir para nos organizarmos; simplesmente é uma questão de ordem, vamos tratar tais assuntos, o documento do Brasil é importante porque estabelece

alguns assuntos a tratar e qualquer outro que for desejado; para isto é muito válido também levar em conta o que se fez no 428 e neste documento 627 que estamos discutindo e aí inclusive, a parte D, que estamos deixando fora, serviria como base para a análise e o cronograma de discussão.

Após a discussão dos assuntos a tratar, vamos conferir se temos todos os documentos ou os estudos necessários e encomendaríamos à Secretaria a documentação que vamos precisar para a discussão dos assuntos a tratar, e é claro, a preparação desses documentos. Com referente à contribuição da Comunidade Andina, também temos de nos pôr de acordo sobre a estrutura daquele documento.

A estrutura é importante, não tanto por ser um índice, mas porque serve como orientação e guia na forma como vamos preparar os documentos, que tem de ser flexível; não pode ser muito rígida, no sentido de que enquanto a discussão avança, poderia compensar separar dois assuntos ou adicionar outros. Portanto, em geral coincidimos com o que o Chile colocou; considero que temos de nos dedicar a acordar um documento, o de avanço, e depois começar a discutir o cronograma de análise do documento final. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Venezuela. Ofereço a palavra à Representação da Colômbia, Embaixador Arturo Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, antes de nada, gostaria de parabenizar também meu colega Carlos Higuera, por seu bom desempenho na Presidência. E dar também as boas-vindas a Elbio Rosselli, a quem desejo muito sucesso nas tarefas que tem por diante.

Sigo com alguns breves comentários sobre o que aqui foi examinado até agora. Primeiro quero destacar a contribuição da Delegação do Brasil e, com certeza, a da Comunidade Andina através de nosso porta-voz, o Embaixador da Venezuela.

Primeiro vou me referir à proposta do Brasil. Seu documento é um bom esforço por chegar à verdade. É uma análise séria e objetiva do que está ocorrendo na ALADI, das tarefas que este Organismo está desempenhando, das frentes que está cobrindo. E acho importante esse resumo. Sou menos otimista sobre seus possíveis benefícios, devido aos riscos que isto traz consigo. A verdade é às vezes dolorosa. Mesmo assim, é preciso fazer este diagnóstico para ver se pelo menos chegamos a um acordo sobre nossos desacordos. Porque a verdade é que nestas reuniões inicialmente parecemos estar todos de acordo, mas no decurso da discussão surgem sempre desacordos, mesmo que não os vejamos assim.

Ponho um exemplo: aqui todos temos mostrado de uma forma ou outra que a ALADI tem de se concentrar em umas poucas ações prioritárias. Mas na hora das reuniões, e foi o que aconteceu na passada reunião ministerial, aparecem sempre funcionários muito imaginativos, desses que pensam que sua viagem até aqui é justificada apenas se eles propuserem alguma idéia genial, e por esse caminho a Associação acaba com mais tarefas das que já tinha.

Para evitar que isto volte a acontecer, eu proponho distribuir a lista completa de tarefas relacionadas no documento do Brasil nas próximas reuniões, para que cada vez que alguém tenha uma idéia muito imaginativa saiba que sua proposta terá de ser adicionada nessa longa lista, na qual aparecem assuntos como sementes. Eu não sabia que tínhamos essa área de trabalho. Mas já que a temos, eu sugeriria que lhe

déssemos pelo menos um nome mais glamouroso, algo assim como produtos transgênicos, um nome mais sofisticado, mais moderno. Porque isso de sementes deve ser um assunto do passado.

Precisamos chegar a um acordo, então, em torno dessas prioridades, porque nesse caso teremos muita força para conseguirmos que o Conselho de Ministros acabe plasmando essas prioridades em ações e em políticas concretas da Associação. Isso é o que dará fortaleza a esta Instituição, porque reitero, e já disse isto desde o primeiro dia, o pior que pode acontecer à ALADI é que devido às múltiplas responsabilidades que não pode cumprir com eficácia, aos poucos comece a enfraquecer. Pouco adianta realizarmos atividades pouco importantes e sem impacto nas políticas exteriores de nossos países.

Então, minha recomendação é que procuremos chegar a um consenso sobre os – no máximo – quatro ou cinco assuntos que a ALADI teria de impulsar. Façamos este exercício, mesmo que seja, repito, para chegarmos a um acordo sobre o desacordo ou para determinarmos as diferenças de fundo que temos sobre este assunto.

Também gostaria de propor que no documento final identificássemos de alguma forma as fortalezas da ALADI. Há pouco tempo, em um almoço que tivemos, algum de nós destacava como enquanto a ALADI tinha conseguido se manter como uma instituição sólida, a ausência de uma boa institucionalização tinha abalado outros mecanismos do concerto regional. Se o que queremos é dinamizar a ALADI, aproveitar suas fortalezas seria o que menos nos custaria. O custo marginal de seguir agindo a partir destas vantagens seria menor que o de inventarmos frentes novas, onde este Organismo nunca teve uma clara preeminência.

Finalmente, gostaria de dizer que compartilho a idéia de trabalhar sobre assuntos muito concretos. É necessário fazer um exame exaustivo dos descumprimentos, porém, eu proporia que primeiro definíssemos as prioridades, para não demorarmos muito nesta análise, cujas conclusões já deveriam estar prontas.

Estas seriam minhas primeiras reflexões, Presidente, sem prejuízo de que mais adiante faça mais algum comentário. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Sarabia. A Representação do Paraguai me solicitou a palavra, Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Serei muito breve. Para começar, desejo-lhe sucesso durante sua Presidência e agradeço ao Embaixador Higuera, como já agradeceram com maior efetividade meus colegas.

Presidente, nós gostaríamos de começar já a trabalhar neste assunto e, se possível, na próxima semana, em uma reunião de Chefes de Representação, para tratar ambos os documentos que não são excludentes, analisar e definir a metodologia de trabalho, ainda neste quadrimestre, porque não temos muito mais tempo; teríamos de levar resultados a nossos Governos pelo menos trinta dias antes da reunião de Chanceleres, do Conselho de Ministros; portanto, nossa proposta concreta é começar já a trabalhar em ambas as propostas; se possível, a partir da próxima semana, em reuniões de Chefes de Representação, e ali definir uma metodologia clara de trabalho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Solicita a palavra a Representação da Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Obrigado, senhor Presidente. Eu também quero expressar nosso agradecimento ao Embaixador Higuera pela tarefa cumprida na Presidência do Comitê durante o semestre que está concluindo e depois também parabenizar o Embaixador Rosselli, que sabemos vai conduzir com muito acerto a deliberação deste Organismo.

Presidente, desde nosso ponto de vista, em verdade há duas colocações muito claras, com as quais concordamos antecipadamente; primeiro, insistiu-se – e parece necessário, imprescindível – em que baseados no documento 627, que foi pedido pela Mesa do Comitê de Representantes, o Comitê o adote como projeto de relatório de avanço dos trabalhos orientados ao cumprimento da Resolução 54 (XI); assim poderemos enviar a nossas capitais um documento preciso, muito compreensivo e curto, que abranja o que estivermos realizando, orientando, para cumprir com a Resolução 54, porque é um bom resumo, que nossas autoridades podem ler com facilidade e valer-se dos anexos, que estão nutridos de importantes documentos, entre outros, sem dúvida das exposições feitas nas reuniões de Consulta e Avaliação convocadas pelo Comitê.

Se essa for nossa compreensão da qualidade do documento, como relatório do avanço do trabalho, teremos feito uma tarefa muito importante na qual tentamos concentrar o que foi realizado até hoje, porque não duvido que todas as Representações tenham informado suas Chancelarias na medida em que iam se apresentando os atos cumpridos no Comitê, mas que agora tentamos concentrar e dar-lhes uma organização.

Vejo que o documento 627 é um bom documento, que pode nos orientar, e poderíamos tomá-lo como um documento apresentado que pretendemos seja aprovado pelo Comitê; seria apenas um relatório preliminar de progresso, se preferirmos, o que é importante é o que resta, que vai ser cumprido no segundo semestre, e para isso a Delegação do Brasil nos apresentou um magnífico documento, onde as bem colocadas quatro áreas nos mostram que com esse itinerário, podemos pôr sobre a mesa os trabalhos que vamos realizar.

De acordo com a proposta do Embaixador da Colômbia, acreditamos que é necessário determinar as prioridades; tampouco pretendamos descobrir a pólvora. Muitas tarefas foram cumpridas; portanto, a determinação de prioridades é muito importante para destacarmos o mais importante do que estamos fazendo, a fim de fazer um inventário construtivo, que nos oriente para definir as bases a respeito do que temos de fazer no futuro para fortalecer o processo de integração através da ALADI, que em verdade é o que nos encomendou a Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.

Acredito que se adotarmos esse documento proposto pelo Brasil, poderemos organizar nossas tarefas para este semestre. A própria Mesa poderá já fazer os ajustamentos correspondentes para que em uma próxima sessão possamos registrá-lo. Precisamos, se possível, de uma resolução que organize seus trabalhos. Sem dúvida vai dar racionalidade a tudo o que possamos avançar, baseados no material que já se cumpriu no primeiro semestre.

O documento apresentado pela Comunidade Andina, através de seu coordenador, o Embaixador Rodrigo Arcaya, parece interessante. Poderá ser o índice que vai nos orientar durante a elaboração do documento final pedido pela Resolução 54 (XI), que é definitivamente o índice compreensivo que teremos de ver um pouco mais tarde, quando elaborarmos o documento que finalmente vai ser apresentado ao Conselho de Ministros.

E com essa compreensão teríamos avançado, sem dúvida, em forma altamente significativa nesta sessão, que está nos permitindo primeiro compreender e organizar e, depois, saber e definir a tarefa que temos de cumprir; parece-me muito importante.

Ainda quero dizer, senhor Presidente, que me satisfaz muito que na compreensão, nem dita nem manifestada, mas sim que nos orienta muito claramente, estamos também mostrando o que é que estamos pensando, sem dizer claramente, quando conclui esse Conselho de Ministros. Sem dúvida, ao organizarmos o calendário do segundo semestre, visando concluir em um documento a apresentar, estamos adiantando, sem dizer nada, mas com clara convicção, o que já foi pedido que fosse incorporado em assuntos novos: a data da próxima sessão, que indubitavelmente estamos em certa forma adiantando, será no final deste semestre. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, eu queria me manifestar sobre o documento 627, sobre o qual não falei em minha primeira intervenção; para ser breve, quero dizer que apóio totalmente a sugestão do Chile, já apoiada por vários outros.

Podemos adotar este documento 627 como base para um relatório prévio, que incluía a apresentação, a parte A, a parte B e a parte C em vez da parte D, que seria excluída. Poríamos em anexo todos os relatórios das sessões e o documento de base da Secretaria. Aí teríamos uma fotografia do que estamos fazendo e seguiremos progredindo.

Essa é a intenção da Representação do Chile, que nós apoiamos totalmente, inclusive, proponho que para a próxima semana a Secretaria revise o documento 627 nesse sentido e substitua a seção D por um parágrafo que faça referência aos anexos e já poderia inclusive completar a lista das reuniões de Consulta e Avaliação porque já teríamos feito a última reunião que será na segunda-feira e poderíamos anotar este relatório na próxima semana, como propôs o Chile porque, como ele nos lembrou, já estamos fora do prazo, que era maio.

Outra última palavra sobre o que estamos chamando como a proposta do Brasil, de procedimento de futuro, eu queria agradecer a todas as Representações que se manifestaram sobre ela, que de uma forma geral a apoiaram e entenderam sua intenção, que era a de apenas elaborar uma metodologia de trabalho para aprofundar um debate que temos de fazer de qualquer forma; é nesse sentido que nós a apresentamos. Muito obrigado. Tenho que dizer que também apóio os comentários feitos pelo Embaixador Casanueva, do Chile, referentes a incluir também todas as propostas que sejam apresentadas nas oficinas específicas, não apenas nas reuniões de Consulta e Avaliação. Estas propostas entrariam na área 2 das propostas, mas também na 3, dos assuntos específicos. Também nisto concordo com a sugestão da Colômbia de que, finalmente, temos de chegar a prioridades; essa é a

idéia, embora – como diz o Embaixador – às vezes chegemos a uma constatação de que não estamos de acordo ou a uma constatação de que não será possível fazer esta ação regional ou outra, mas alguma será, e estas serão as medidas concretas que teremos de apresentar ao Conselho de Ministros. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Solicitaram a palavra o Peru, o México e a Venezuela, nessa ordem. Embaixador Higuera, por favor.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Apenas para dizer que apóio totalmente o que acaba de nos dizer o Brasil, para podermos fazer este documento quanto antes, para passá-lo a nossas autoridades urgentemente e poder já continuar nossos trabalhos com toda a bagagem que temos pendente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra ao México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, senhor Presidente. Também para apoiar esta última idéia referente ao relatório do que foi realizado; acreditamos que seria muito importante tê-lo na brevidade possível para mandá-lo a nossas capitais.

Quanto à metodologia de trabalho, especialmente o documento do Brasil, parece-nos um bom documento, que pode guiar perfeitamente os trabalhos do Comitê para o cumprimento do objetivo que temos, com o acréscimo que fez o Chile à parte do ponto 2.

Nós queremos fazer dois acréscimos ao ponto 1, referentes à análise do grau de cumprimento das disposições do Tratado de Montevideu 1980; adicionaríamos também as resoluções dos Conselhos de Ministros que estabeleceram os mandatos que guiaram os trabalhos da Associação em todos estes anos. Também seria muito importante fazer uma avaliação desse grau de cumprimento das resoluções.

Mais um acréscimo muito simples no ponto 2. Já tínhamos mencionado que também é importante levar em conta algumas propostas que a própria Secretaria-Geral possa fazer, referentes ao inventário de propostas e ações. De resto, consideramos que é um bom documento.

Finalmente, a respeito da estrutura do documento, tínhamos dito que poderia conter duas partes; na primeira, a evolução, na segunda, as propostas e ações. Quanto ao documento do Brasil, que entendo que o estamos adotando ou aprovando, está mais dedicado à segunda parte, que tem a ver com as ações e propostas. No entanto, a primeira parte, a de avaliação, que tem a ver com o documento 428 da Secretaria, valeria a pena que pudéssemos ver a possibilidade de que começasse a ser elaborada, a fim de não esquecê-la e que depois nos atrapalhe voltar a essa parte. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do México. Ofereço a palavra ao Embaixador Arcaya, da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Procurando seguir a recomendação da Colômbia, deveríamos começar, porque é muito complicado conciliar os assuntos a tratar, como muito bem disse o Embaixador da

Colômbia, sempre há quem quer tirar e quem quer pôr, mas se nós partirmos de alguns assuntos básicos, poderemos orientar melhor a discussão.

O resumo de ações feito pela Secretaria no documento 627, o D, que estamos deixando fora do documento de relatórios prévios, constitui a base e a temática da discussão que nós temos de desenvolver. Aí estão todos os assuntos que incluem os propostos pelo Brasil, e poderia ser um guia perfeito, e poderíamos usá-lo como base da discussão dos assuntos, a partir da metodologia que acordemos, a partir do primeiro dia de discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Hoje, o Embaixador Higuera recordava em suas palavras que a função da Presidência não é apenas dar a palavra, mas com certeza, e é a parte mais delicada, às vezes, aparecer como elemento motivador, mas outras vezes e ainda mais difícil, é resumir ou encaminhar as diferentes colocações feitas em sala.

Hoje o trabalho parece bastante mais simplificado, pois parece que pelo menos desde a Presidência existe certa clareza no seguinte – e tentaremos fazer uma síntese. Primeiro, é preciso fazer o relatório preliminar sobre a encomenda recebida dos Ministros nesta matéria; entendo que concordamos com que o documento 627, circulado pela Secretaria, com as modificações sugeridas pelos Embaixadores do Brasil e do Chile, no sentido de trocar a parte D pela incorporação dos documentos emanados das reuniões de Avaliação e Consulta e das oficinas. Isto pode ser a base sobre a qual este Comitê deveria aprovar esse relatório para remetê-lo aos Ministros. Corresponderia que esta aprovação fosse feita formalmente em nossa próxima reunião do Comitê de Representantes.

Esse seria um dos trabalhos. A partir daí, é preciso entrar na essência do mandato ministerial, isto é, finalmente fazer a tarefa de avaliação que os Ministros nos encomendaram e também a etapa das propostas. Nesse sentido, temos documentos, especialmente dois, que todos concordam que são muito complementares: os procedentes da Representação da Venezuela, em nome dos países da Comunidade Andina, e o documento da Delegação do Brasil, que embora um seja a estrutura do documento e o outro a metodologia de trabalho, ambos se articulam para facilitar ou começar a encaminhar nossos trabalhos.

Houve outros comentários de várias Representações a respeito de diferentes elementos que serão incorporados nesse trabalho; além do mais, tudo isso vai ressurgir, necessariamente, assim que retomarmos esse trabalho de fundo. Foi colocada a pergunta sobre como trabalhar e acho que há um claro consenso quanto a que estaríamos trabalhando no formato de Chefes de Representação, e como em função de alguns comentários em relação aos tempos que temos pela frente, temos de trabalhar rápido e muito porque, como disse Willy Vargas, embora tenhamos demorado a definição da data do Conselho de Ministros, sabemos que todo este trabalho tem como ponto final a reunião do Conselho. Portanto, se começássemos a trabalhar de trás para a frente, ou seja, a partir da data do Conselho, que ainda não definimos, sabemos que nos resta muito pouco tempo, pois, como disse José María Casal, certamente não é possível enviar aos Ministros um documento uma semana antes da reunião. Portanto, estamos vendo que daqui até o fim do mês de outubro deveríamos ter terminado todo este trabalho.

A idéia que acho que surge destas discussões é que já a partir da próxima semana deveríamos ter uma reunião de Chefes de Representação, uma reunião de

trabalho, para ir encarando o desenvolvimento de nossos trabalhos. Todos parecem tê-lo aceito, com diferentes comentários e aditamentos, e há um consenso geral a respeito da utilidade da metodologia oferecida pela Delegação do Brasil; portanto, poderíamos trabalhar sobre essa base.

Por falar do pouco tempo que nos resta e entendendo que a metodologia proposta pelo Brasil foi aceita, esta Delegação sugeria que fossem encomendados dois trabalhos à Secretaria. Se houver consenso, já poderíamos encomendá-los, sem esperar uma nova instancia. Os trabalhos constariam do levantamento dos pontos 1 e 2 do documento do Brasil, com o que foi adicionado em sala. Se não me engano, referente ao parágrafo 1, o México incluía que fosse revisto o cumprimento das resoluções ministeriais, e quanto ao ponto 2, há comentários do Chile a respeito das propostas surgidas nas oficinas e em outras ocasiões.

Por conseguinte, acho que poderíamos já hoje encomendar esses trabalhos à Secretaria, propor-nos uma primeira reunião de Chefes de Representação na próxima semana, e nos dedicarmos completamente aos documentos que temos em nossas mãos: a proposta de estrutura dos países andinos, o anterior documento, o 428 da Secretaria, a metodologia do Brasil. Então, nós temos basicamente os objetivos e os instrumentos bastante entendidos em forma primaria, esperando que não ocorra o vaticínio de Arturo Sarabia, de que às vezes parece que estamos todos de acordo, quando em verdade ainda temos desacordos; tomara que nesta matéria tenhamos acordos.

Solicita a palavra o Embaixador Higuera, da Representação do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). O senhor fez um resumo muito exato dos acordos que foram surgindo hoje, e com os ajustamentos do caso, estaremos prontos, na próxima reunião, para aprovar o documento 627, com a limpeza solicitada, e minha Representação está totalmente de acordo com o que o senhor acaba de dizer.

Eu gostaria de adicionar ainda que não deveríamos desperdiçar o potencial da Secretaria para que comece a fazer um resumo, um inventário das propostas e conclusões às quais chegaram os senhores oradores nestas reuniões de Consulta e Avaliação. Aqui temos dez perante nós e se aprovarmos tirá-las, a respeito do que há consenso – eu tinha falado em um anexo que não fosse uma decisão do Comitê, mas apenas uma espécie de “aide-memoire” – teremos ganho já dez conclusões, todas elas muito interessantes, para que os senhores Ministros em algum momento as levem em conta.

Acho que nossas Chancelarias estão dedicadas, em certos níveis, a muitas outras coisas que não lhes permitirão tomar os doze documentos muito extensos existentes sobre as reuniões de Consulta e Avaliação. Para isto a Secretaria poderia ir fazendo esse trabalho intelectual de pôr, em vez de dez, catorze ou dezoito, permitindo-nos avançar no sentido de que os Ministros poderiam tomar sua decisão política na próxima reunião. Eu apenas queria que não perdêssemos estes dez pontos que estão no documento. Concordo com que saiam do documento 627, mas vamos tê-lo como um papel informal mais os acréscimos que possa nos apresentar a Secretaria no futuro próximo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra à Representação do Chile, Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, eu concordo com que não devemos perder este trabalho do ponto D, mas como o que aparece aqui é opinável, ainda não devemos colocá-lo como se fosse uma conclusão.

Então, eu o reservaria como material para o ponto 2 do Brasil, que é onde foi pedido seja feito esse levantamento das propostas que podem inclusive vir priorizadas, tal como foi muito bem feito pela Secretaria.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Como sempre, os melhores impulsos de trabalho, às vezes se encontram com a realidade.

A Secretaria me diz que na semana próxima – que é uma semana útil de quatro dias, pois quarta-feira é feriado – no horário matutino temos: na segunda-feira, dia 16, a reunião de avaliação sobre as assimetrias; na terça-feira, dia 17, o grupo de trabalho empresarial; na quinta-feira, dia 19, o grupo de trabalho de comércio eletrônico. Portanto, restaria apenas a sexta-feira, dia 20, ou se o grupo empresarial presidido pelo Embaixador Sarabia pudesse se reunir em paralelo na sala B ou à tarde, e permitir ao Comitê de Representantes uma reunião matutina, já poderia ser na próxima terça-feira.

A Colômbia solicita a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). De acordo. Não teríamos nenhum problema em fazer esse evento na terça-feira à tarde. Mas quero lhes avisar, pelas dúvidas, que sexta-feira, dia 20 de julho, é a data Nacional da Colômbia; ou seja que nesse dia tampouco poderíamos assistir.

PRESIDENTE. Então, os Chefes de Representação nos reuniríamos na terça-feira de manhã, e com a cooperação da coordenação do grupo de trabalho empresarial, a reunião ocorreria à tarde.

Acredito que na apertada síntese que foi feita havia acordo sobre os procedimentos a seguir neste momento e também sobre este ponto; então, teríamos cumprido a Ordem do Dia e poderíamos passar ao ponto seguinte.

5. Aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões no Comitê de Representantes (Doc.Inf.625/Rev.1)

O ponto 5 da Ordem do Dia trata sobre o aperfeiçoamento do funcionamento e tomada de decisões no Comitê de Representantes. Na passada sessão foi analisado o documento 625, em sua Revisão 1, tendo ficado pendente de consideração o ponto 5. Então, hoje teríamos de concentrar nossa atenção nesse ponto.

A Representação da Venezuela me pede a palavra, mas eu entendi que ela tinha distribuído ou anunciado a intenção de distribuir alguns comentários ou propostas nesta matéria..

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente. Como lembrarão, na última reunião do Comitê, a Venezuela não concordava com o que fora proposto no ponto 5 do documento 625 e pediu um tempo para apresentar uma proposta alternativa, a qual foi remetida em dias passados a todas as Representações e o fez segundo o critério do exposto nessa reunião, de não menoscar as atividades da Secretaria; pensamos que ela tem de ser forte, com opiniões, e que este ponto entorpeceria seu trabalho.

O propósito é, de acordo com o que foi conversado nessa reunião, procurar uma solução intermédia, não a da Representação da Venezuela, que considera suficiente que a Secretaria apresente com suficiente antecipação a informação de todas suas atividades não programadas. Esse seria um compromisso da Secretaria. Mas levando em conta a opinião e a redação do ponto 5, finalmente chegamos à proposta de que, primeiro, a Secretaria vai informar das atividades, e como é obvio, uma vez informado, o Comitê poderia tomar uma decisão de que não está de acordo, e com o voto de rechaço de parte do Comitê, essa atividade não seria realizada. Assim passamos da necessidade de aprová-lo à necessidade de discuti-lo apenas quando seja rejeitado, e diminuiria a discussão desse assunto. Certamente, tudo isto no âmbito dos princípios e interesses da Associação e do Tratado de Montevideú 1980.

Quanto aos estudos e aos seminários, colocamos que, embora tenha de apresentar os termos de referência, há uma exceção devido a uma faculdade que surge do Tratado de Montevideú, no Artigo 38, letra c), que lhe permite fazer os estudos necessários para cumprir com as funções encomendadas pelo Tratado por iniciativa própria. Então, embora a Secretaria possa apresentar termos de referência, segundo a definição de suas funções no Tratado vai apresentá-los apenas quando a própria Secretaria considerar que é necessário, não se limitando à opinião do Comitê de Representantes.

Essa é a base de nossa proposta, apesar de que em discussões posteriores em algumas sessões do Comitê, muitos coincidem com a posição original da Venezuela, portanto, eu acho que a discussão está novamente aberta.

Mantemos a proposta, a menos que voltemos a uma análise mais simples para a função da Secretaria da ALADI, como é a de informar preventivamente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação da Venezuela. Pergunto-me se outras Representações querem fazer uso da palavra sobre este assunto.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Agradecemos muito à Representação da Venezuela o documento que nos apresentou, e que acho que em certa forma, com algumas pequenas esclarecimentos, pode resolver esta questão.

Eu acredito que não compensa voltarmos à substância da discussão, que a primeira vista está um pouco superada pelo que a própria Secretaria nos explicou na última reunião a respeito do procedimento normal, que era esse e não havia nenhum procedimento diferente, que quando se tratava de elaborar um estudo, de preparar termos de referência, habitualmente eram levados ao Comitê.

Por outro lado, acho que ninguém duvida que levado ao absurdo – o que nunca ocorreu nem ocorrerá – de que se faça uma proposta ou se informe por parte da Secretaria sobre uma atividade eventual a ser realizada, se o consenso do Comitê dizer que não é para modificá-la, pareceria absurdo que a Secretaria, independentemente de suas faculdades, seguisse seu caminho sem escutar o que dizem os países.

Por isso acho boa a proposta da Venezuela de tentarmos analisar isto para podermos chegar a uma solução aceitável para todos. Aqui quero esclarecer, com

total convicção, que em absoluto é idéia desta Representação coarctar de forma alguma as possibilidades da Secretaria de fazer contribuições, ao contrário, o que tentamos fazer é fortalecer a Secretaria de forma tal que suas contribuições estejam baseadas nas necessidades dos doze países desta Organização. Acho que sempre trabalhamos de acordo, não vejo nenhuma razão para que isto não continue a funcionar assim.

Eu me permitiria agora fazer simplesmente duas modificações à proposta da Venezuela, ver como são interpretadas por nossos colegas, e a partir daí, simplesmente deixá-la em aberto para que os outros analisemos se isto é o adequado e como vamos seguir.

Vou ler a proposta da Representação da Venezuela e a seguir, a nossa: “a Secretaria-Geral terá de informar ao Comitê de Representantes, com a devida antecipação, todas as atividades que não estiverem incluídas no programa em vigor. O Comitê poderá definir a conveniência de realizar tais atividades”, e aqui nós adicionamos “e sua metodologia”, “conforme os interesses da Associação e o disposto no Tratado de Montevideu 1980”.

Por que adicionamos “e sua metodologia”? Porque é evidente que uma atividade sempre está acompanhada por uma metodologia determinada, com parâmetros que estão sendo propostos. Então, é razoável que quando se informe, o Comitê possa dizer: achamos que este matiz poderia ir em tal direção o em tal outra.

Com referência à segunda parte, propomos que a primeira sentença fique como está até a vírgula e eliminar a referência a “sem prejuízo do que foi disposto no Artigo 38, letra b), do Tratado de Montevideu 1980”. O motivo desta proposta é não entrarmos em uma discussão jurídica entre o que diz no Artigo 38, no Artigo 35. O que é mais? O que é menos? Achamos isso absolutamente desnecessário, se realmente estivermos de acordo sobre o que queremos fazer com este assunto.

Peço desculpas por colocar esta proposta diretamente, mas acho que é prática para tentarmos resolver esta questão. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Argentina. Ofereço a palavra ao senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, acho que seria útil que compreendêssemos que o documento que estamos vendo, o 625, revisão 1, já permitiu que uma resolução do Comitê fosse aprovada. No primeiro ponto, sobre o Grupo de Trabalho, está muito definido, bem caracterizado, de caráter operativo, se preferirem, e importante para a estrutura de funcionamento destes órgãos auxiliares, tão importantes, do Comitê de Representantes.

Mas o ponto 2 e seguintes não permitem nenhuma resolução, o estabelecimento de nenhuma norma, porque o que podemos fazer para tentar regulamentar uma reunião de Chefes de Representação, de caráter informal, onde o ponto pendente se refere a se dessa reunião informal vão ser feitas ou não gravações, com as quais, por exemplo, minha Representação e também outras não concordaram; mas não acho que o objetivo seja regulamentar o funcionamento de trabalho de uma reunião informal.

É como se eu lembrasse com muita cordialidade a nosso querido amigo, Embaixador da Venezuela, que no grupo andino estariam querendo regulamentar a paralisação do relógio, procedimento tão habitual, ao que sempre recorremos para resolver problemas muito importantes. Quando não encontramos resoluções com facilidade, paramos o relógio, e não apenas até o dia seguinte, às vezes durante vários dias, porque o propósito da integração, o objetivo político dos Governos que estão representados no Comitê é, definitivamente, estabelecer acordos, sair ao encontro do consenso e, às vezes, sacrificar interesses muito respeitáveis.

Portanto, não vamos regulamentar nada: a periodicidade do Comitê de Representantes – já foi dito com bom critério: é um órgão auxiliar –, também os Chefes de Representação, a reunião do Comitê de Representantes estão convocados, há uma Mesa instituída, um Presidente muito respeitável respaldado, dois Vice-Presidentes, a periodicidade está determinada, e além do mais está contido nos regulamentos; portanto, não é necessário estabelecê-lo pontualmente, se tem que ser cada quinze dias, toda semana, será sempre que necessário. O mesmo acontece na Mesa de Representantes, já está constituída, já está regulamentada, não vamos adicionar mais nada.

Agora, quanto à função da Secretaria, eu acho que esta discussão foi muito útil, e sobretudo esclarecedora, para compreendermos no Comitê de Representantes, como autoridade máxima, o papel do desempenho na jurisdição e competências da Secretaria-Geral. Destacou-se muito claramente que o importante é a coordenação e a oportunidade dos relatórios. O Comitê não está perdendo absolutamente nenhuma de suas faculdades, nem a Secretaria-Geral, e também não vamos pensar que alguém quer restringir as competências da Secretaria-Geral, mas sim reclamar uma coordenação que tem de ocorrer de forma oportuna.

Certamente surgiram problemas, isso é parte do funcionamento dos organismos internacionais, da relação entre os Representantes e dos organismos técnicos, e é indubitável que cada um tem de ser resolvido de forma casuística. O importante é a recomendação, a coordenação, a oportunidade, o critério, o bom tino, a habilidade na apresentação. Não existe hoje em ninguém o intuito de restringir competências nem faculdades; portanto, para que vamos agir aqui como se estivéssemos duvidando das atribuições e competências mandadas pelo Tratado constitutivo da ALADI ou pelos regulamentos que já estão aprovados?

Eu sinceramente proponho, não me baseando em conversas informais, senhor Presidente, mas em propostas formais do Comitê, que não se trata de aprovar nenhuma norma adicional, talvez algumas recomendações. Acho que não foi a intenção de nenhuma Representação trazer aqui um projeto de resolução sobre a Secretaria-Geral. Apenas está propiciando um rico intercâmbio de idéias, que nos ilustra para fazer recomendações. Também a participação de Observadores é um assunto que está confiado a um grupo de trabalho, que ainda está processando a elaboração de suas conclusões. Foi muito esclarecedora a informação acerca de duas centenas de organismos que estão incorporados como Observadores, muitos desatualizados, enfim, esse trabalho ainda não concluiu. Por isso nesta oportunidade tampouco vamos aprovar nada ainda, e naturalmente, a distribuição dos documentos é uma norma de caráter administrativo, onde foram formuladas recomendações a respeito do mais importante, isto é, que os documentos reservados devem permanecer reservados até que a reserva seja levantada pelo Comitê, que é quem pode fazê-lo.

Portanto, senhor Presidente, eu acho que não deveríamos estender a consideração deste assunto, sobretudo depois de termos chegado à conclusão de que temos tanto trabalho a fazer; desculpe a sinceridade com que falo, já fizemos o mais importante: aprovamos a resolução correspondente aos grupos de trabalho, os outros assuntos foram amplamente debatidos, fizemos constar tudo em ata; seja lá o critério que for, o Comitê não perde suas competências, nas oportunidades que corresponder poderá sempre fazer chamadas de atenção, se for o caso. Pede-se uma coordenação de oportunidades para trabalhar com um órgão que depende definitivamente do Comitê de Representantes, a Secretaria-Geral, e não acho que tenhamos de continuar aprofundando a discussão, porque vai nos conduzir a interpretações casuísticas que não são do caso, e tampouco está em nosso espírito entorpecer definitivamente o cumprimento das normas positivas atualmente em vigor. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Ofereço a palavra ao senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente. Vejo com grande preocupação que mais uma vez estamos abrindo uma discussão de fundo e vamos acabar repetindo o que já dissemos e que foi registrado na ata anterior.

Acho que o Embaixador da Bolívia nos iluminou, pelo menos a mim. Eu queria dizer o que ele disse – embora não com tanta clareza – mas concordo totalmente com ele. Agora, embora ontem pensasse diferente, inclino-me para dois tipos de procedimentos, a fim de que acabemos com este ponto 5.

Primeiro, que a Representação da Argentina nos apresente por escrito o que acaba de nos dizer; temos de tratar sempre sobre assuntos escritos; segundo, que eliminemos este ponto 5 deste documento, que o tiremos, não existe, fazer uma revisão 2, eliminando este ponto. Só isso queremos escutar do Secretário-Geral, para que fique em ata o compromisso do Secretário-Geral dentro do Tratado de Montevideu 1980, que é que a Secretaria-Geral informe este Comitê, com a devida antecipação, sobre a realização de estudos e seminários que estejam previstos no Programa de Atividades vigente, sem prejuízo do disposto no Tratado de Montevideu 1980, e quando for necessário a Secretaria-Geral nos informará sobre os termos de referência de suas propostas. Isto fica em ata, é um compromisso da Secretaria e toda vez que não o faça – certamente não vai acontecer – vamos lhe chamar a atenção.

Bom, vamos interromper este ponto 5, pois já há onze páginas a respeito na ata da semana passada, e vamos ter mais cinco páginas hoje. Então, para manter minha proposta de ser breve, peço que este ponto 5 desapareça e gostaria de escutar o Secretário-Geral nos dizer que vai fazer o que está escutando. Na sessão anterior o Secretário-Geral Adjunto disse que concordava totalmente com esse tipo de procedimento, porque assim deve ser. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. Ofereço a palavra à Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Eu gostaria de apoiar plenamente o Embaixador do Peru em sua colocação; por isso a Venezuela retira sua proposta.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Eu ia apoiar a versão ligeiramente modificada pela Argentina da proposta da Venezuela, que apenas adiciona: “e sua metodologia” no primeiro parágrafo e tira a menção ao artigo 38, mas, se a Venezuela quiser, podemos manter a menção ao artigo 38.

Aí eu vou responder que a Secretaria vai emitir uma revisão 2 desse documento 625, sem o ponto 1, dos grupos de trabalho, porque já adotamos isso através de uma resolução, a partir do ponto 2, como está, com esta solução sobre o 5, isto é, a sugestão da Venezuela, modificada ligeiramente pela Argentina, e na próxima reunião do Comitê, incorporando a sugestão da Bolívia, nós não adotariamos isso como resolução. Não é o caso, a Bolívia tem razão.

O senhor, Presidente, declararia que há consenso sobre esses pontos do documento 625/Rev. 2, e ponto final. Seria uma decisão de consenso declarado pelo Presidente do Comitê em ata; constando em ata que consolidaria toda essa discussão que tivemos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. O Paraguai solicita a palavra, depois o Chile.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Para apoiar a proposta da Delegação do Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra o Embaixador Casanueva, do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Bom, agora vamos discutir uma proposta que não existe, porque a Venezuela acaba de retirá-la.

Mas pelas palavras do Embaixador do Brasil entendo que a proposta do Embaixador do Peru não é aceitável neste momento, desculpe que pergunte desta forma tão direta para ter clareza e poder dizer algo coerente. Há uma proposta do Embaixador do Peru...

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Respondendo, Presidente, há duas propostas minhas; uma é que o parágrafo argentino, ordenado, circule e o discutamos; se a Venezuela o aceitar, eu o aceito. Mas para não voltarmos a abrir outra discussão de fundo sobre o parágrafo argentino nem voltarmos à metodologia da semana passada, eu propus a desaparecimento do ponto 5, mas são dois elementos. Isto é para esclarecer a dúvida do Representante do Chile. Obrigado.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado. Antes do que nada eu gostaria de dizer que se formos fazer uma revisão do documento 625, tirando, como diz o Embaixador do Brasil, o ponto 1, que já foi resolvido, e mantendo os outros, se formos fazer isso e pedi-lo à Secretaria, eu então pediria que mudássemos o título do ponto 5, porque está errado, diz “Papel da Secretaria-Geral”, e dá a sensação de que vamos estabelecer normas sobre como é que a Secretaria-Geral tem que funcionar, quando na verdade o que estamos tratando é – e eu proporia que esse ponto se chamasse: “Atividades adicionais ao plano de trabalho”, porque é a respeito disso que queremos nos pronunciar e é o que estivemos discutindo.

Se pusermos um ponto referente a atividades fora do plano de trabalho, e entendendo que é preferível manter o maior grau de autonomia e de capacidade de iniciativa possível por parte da Secretaria, porque não apenas está assim no Tratado, mas também porque convém ter, em todo lugar e em todo organismo, um órgão de gestão que tenha poder de iniciativa, porque, caso contrário, ancilosa-se os organismos e neste caso a Secretaria demonstrou ser dinâmica; eu considero que isso não tem de ser eliminado em nenhum dos casos, mas entendo que há alguma apreensão porque, de repente, por este dinamismo nós sentimos alguma vez que não temos, como Representações, informação suficiente e oportuna sobre algo que vai ocorrer, e é aí onde às vezes nos sentimos impossibilitados de contribuir com o sucesso das tarefas que a Secretaria está querendo cumprir.

Minha sugestão, inclino-me pela tese do Embaixador do Peru, é colocarmos apenas uma menção em ata de que, com referência a este assunto, o Comitê de Representantes considera necessário que as Representações sejam informadas oportunamente a respeito destas atividades, a fim de poder contribuir e pronto. Nem o parágrafo proposto agora pela Representação da Venezuela, porque acho que inclusive esse parágrafo seria relativamente restritivo. Eu preferiria algo bastante mais amplo, como o que o Embaixador do Peru propôs.

Então, minha sugestão é: um ponto 5, referente a atividades fora do Programa de Atividades, e ali um parágrafo declarativo, no qual o Comitê de Representantes solicita, quanto a este tipo de atividades, que a Secretaria-Geral informe oportunamente, etc., algo suave, "light", que o Secretário assume e fica o compromisso em ata, na próxima reunião, e com isto concluímos este assunto. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Nos casos de dupla personalidade, seria doença mas em meu caso, se me permitirem, deixaria por um instante o rótulo de Presidente para fazer um comentário como Representante Permanente do Uruguai junto à ALADI.

Lembro ter dito algumas semanas atrás que o problema de quando a gente começa a regulamentar, só regula. Esta é a lógica de regulamentar: é preciso seguir regulamentando, cada vez mais. O caso específico deste ponto submetido à consideração da Sala é que estamos mais uma vez neste círculo vicioso, e nestes casos é preciso agir com muito cuidado, pelo menos do ponto de vista da Representação do Uruguai.

A independência técnica e o papel de uma Secretaria-Geral independente e não limitada à vontade dos Estados, exceto no mandato que o Tratado lhe impõe, é fundamental, o papel de uma secretaria de poder apresentar aos Estados-membros estudos, reuniões de peritos, seminários, onde são incorporadas vozes diferentes das dos Governos, é essencial, não apenas para o dinamismo, mas também para o cumprimento das funções de uma organização.

Existe sempre um delicadíssimo equilíbrio, que está nas áreas grises de todos os organismos internacionais, e esse é um equilíbrio político e cotidiano, no qual a Secretaria, de fato, arrisca sua continuidade. Estou me referindo ao caso da Secretaria exceder a tolerância política dos países no cumprimento de tarefas; eles vão tomar medidas que normalmente estão relacionadas com a duração do funcionário em seu cargo, quando não acontece, apóiam-no e renovam-no.

Eu acho que esse delicado equilíbrio é impossível de regulamentar, porque assim que tentamos regulamentá-lo, deixamo-lo sem controle ou, ao contrário, submetemo-lo a um controle tão grande que a independência da Secretaria desaparece porque, então, o que teríamos que fazer é o contrário, dizer à Secretaria: "eu quero que os senhores façam um estudo ou um seminário sobre tal assunto, aqui estão as conclusões", mas se formos regulamentar e os senhores tiverem que me dar o seminário e o estudo que vão fazer, e eu tiver que autorizar os termos de referência e a forma como vão fazê-lo, finalmente, não é nada diferente de uma negociação entre os países na discussão de um assunto.

Portanto, no que diz respeito à Representação do Uruguai, se este assunto não existisse ou, seguindo o pensamento da Representação do Peru, se houvesse entendimentos sobre este assunto que constassem em ata, nossa Representação com certeza o apoiaria, mas sempre do ponto de vista da maior independência técnica da Secretaria sob sua responsabilidade, e os Estados usamos a responsabilidade de formas bem conhecidas.

Esse era meu comentário como Representação e não quero misturá-lo com o que eventualmente tenha que fazer em minutos posteriores como Presidente. Solicitaram a palavra as Representações do Paraguai e da Argentina; tem a palavra o Embaixador Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, senhor Presidente. Na mesma direção que a Representação do Uruguai, com a qual coincidimos; essa foi uma preocupação desta Representação desde o início desta proposta.

Porém, achamos que foi resolvido com a última proposta, aliás, acho que muito inteligente, da Delegação do Brasil, sobre simplesmente fazê-lo constar em ata, através de um papel, que mais que como regras do jogo seja interpretado como um mecanismo dinâmico, ágil e fácil para as Representações e compreensivo para todos nós, quanto a como conduzir nossos trabalhos, o que foi, de outra parte, a proposta inicial pela que todos os países decidimos quando foi necessário. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. O Ministro Ruiz, da Argentina, tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Peço desculpas por fazer uso da palavra outra vez, mas realmente suas palavras merecem um comentário nosso.

Francamente, estamos totalmente de acordo com o senhor, com toda sua colocação, mas achamos que não é exatamente esse o assunto que está sendo discutido. O Representante do Chile dizia que se tratava de que o Comitê estivesse informado, efetivamente, e sua contraparte, a outra cara da moeda, que a Secretaria estivesse informada, quando fosse fazer este tipo de tarefa, de que tipo de informações poderiam lhe fornecer os países para que o fizesse com mais eficiência. Aqui ninguém tem intenção de reduzir a liberdade da Secretaria, nem a liberdade intelectual; apenas tentamos dizer que temos dois lados: a Secretaria, informando ao Comitê, e o Comitê, informando à Secretaria para que ela possa usar estas contribuições do Comitê.

Isto me leva à segunda parte, que eram seus comentários; o senhor falou em controlar e autorizar. Eu não acho que ocorra nenhuma das duas coisas, não é um controle no sentido fascista do termo; é simplesmente conhecer aquelas atividades que nós não tivemos a possibilidade de tentar ver, tanto no âmbito dos grupos de trabalho quanto deste Comitê, como estão sendo desenvolvidos, e poder contribuir com o que for necessário.

E acho que o último ponto, pelo menos com a proposta da Venezuela, ou com a que agora está sobre a mesa, que pareceria ser a nossa, fica totalmente resolvido, no formato de ata, que não vai ser uma resolução, nem um acordo, mas simplesmente um consenso entre todos, é o que colocava o senhor Embaixador da Venezuela. Enfim, apenas vai restar ao Comitê a possibilidade – absurda de se pensar, porque nunca aconteceu e duvido que aconteça – da negativa, com a qual concordamos. Não é o Comitê que vai interferir no trabalho da Secretaria; ao Comitê restaria a possibilidade de dizer “não gostamos de que isso seja feito”, é claro, mas acredito que sempre foi assim, nunca foi diferente, isto é, não estamos tentando incidir sobre o trabalho da Secretaria, mas apenas que a Secretaria esteja informada do que os membros do Comitê em conjunto pensam a respeito de um trabalho. Possivelmente isto a ajude a fazer as coisas mais equilibradas, de acordo com os interesses comuns. Cada um mantendo sua função, e na forma como temos trabalhado até hoje.

Acho que nisto não há grandes discordâncias, senhor Presidente; portanto, acho que a alternativa de pôr em ata uma proposta deste tipo seria uma solução completa para todos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante da Argentina. O Embaixador Faidutti, do Equador, tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Senhor Presidente, concordo plenamente com a exposição que o senhor fez sobre este assunto como Representante do Uruguai.

Eu considero que o Tratado de Montevideu 1980 é muito claro e dá as atribuições que correspondem à Secretaria-Geral e a cada um dos órgãos que compõem a ALADI. Em matéria jurídica considera-se que é preciso regulamentar quando falta clareza. No último tempo, no âmbito jurídico há uma rejeição à regulamentação, porque considera-se que se o jurista, ao elaborar uma lei a faz suficientemente clara; não é necessário regulamentar e, de meu ponto de vista, insisto, o Tratado de Montevideu é muito claro quanto às atribuições da Secretaria-Geral.

Acho que tentar regulamentar um aspecto destes vai contra as próprias disposições do Tratado de Montevideu; portanto, se a Venezuela retirou sua proposta, já é bizantino continuar a discutir sobre o mesmo assunto, ainda mais porque a Secretaria-Geral incorporou o espírito deste Organismo, no sentido de que, está certo que tenha de informar a respeito de determinadas medidas ou atitudes que tenha de tomar, e eu acho que neste instante a Secretaria está ciente do que pensa este Comitê e que não é preciso regulamentar o que nós queremos que faça a Secretaria-Geral, isto é, informando dos passos fundamentais que queira dar.

Portanto, senhor Presidente, reitero, para terminar esta discussão bizantina, eu acho que temos de deixar que conste em ata qual é intenção ou o desejo do Comitê a

respeito da atitude que a Secretaria terá de tomar quando, em cumprimento das faculdades que lhe dá o Tratado, tenha de agir de tal ou qual forma. É tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. Tem a palavra o Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Obrigado, senhor Presidente. Com a vênua de Bizâncio, vou fazer uma última contribuição.

Eu também apoiaria totalmente suas palavras, Presidente, mas concordo com a Argentina em que aqui o que estamos buscando é determinar alguns parâmetros para aquelas atividades que não estiverem contempladas no plano de trabalho. Não é coincidência que este seja um debate bastante comum em outras esferas. Ocorre, por exemplo, em nossas assembléias legislativas quando aprovam seus orçamentos. Ali quase nunca se considera o que poderia acontecer se houvesse mais receita, como seria gasta; e quando isso acontece, o Executivo acaba ficando com muito mais poder do que inicialmente tinha.

Sou partidário, disse-o várias vezes, de uma Secretaria-Geral forte. Quase subscreveria aquela famosa afirmação de que a única tarefa importante de um comitê ou de uma junta é nomear o gerente, que neste caso seria o Secretário. E que daí em diante, o que tem que fazer é simplesmente fixar critérios muito gerais e exigir contas. Mas sejamos realistas, nós aqui somos todos muito cavalheiros, muito diplomáticos, e quando se apresentam fatos de que não gostamos, geralmente nos abtemos de criticá-los. Não deveria ser assim, mas é. Aqui foi proposto que sejam fixados apenas alguns critérios prévios, para pouparmos discussões posteriores. Concordo que esta determinação não requer uma norma especial. Acho que é suficiente que fique em ata. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra ao Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, não vou entrar em nenhuma substância, porque acho que estamos todos de acordo, inclusive a Secretaria está de acordo com as conclusões às que já tínhamos chegado antes e às quais estamos chegando hoje novamente.

A Secretaria, inclusive na última reunião na qual discutimos, emitiu sua opinião no sentido de que apoiava o texto que estávamos discutindo. O Secretário-Geral hoje está calado, e interpreto seu silêncio como uma concordância. Então vou apenas fazer uma sugestão de procedimento.

Primeiro, ponhamos este assunto de novo em nossa próxima reunião e, segundo, que a Secretaria faça uma revisão do documento 625, que incluiria o seguinte: tirar o ponto 1 sobre grupos de trabalho, porque já adotamos uma resolução; a partir do ponto (sic), que se voltaria a numerar, manteríamos tudo.

No ponto 5, o título passaria a ser o que o Chile propôs, que muito acuradamente limita o que realmente estamos discutindo, que não é o papel da Secretaria. Eu considero que o grande erro desta discussão surge de que este ponto tem um título errado, tem razão o Embaixador do Chile, tem que ser algo como atividades adicionais ao Programa Anual de Atividades da Associação. No segundo parágrafo

eu adotaria o texto da Venezuela, com a única sugestão adicional que fez a Argentina, de dizer “realizar tais atividades e sua metodologia”, manteria no segundo parágrafo da Venezuela a menção ao Artigo 38 do Tratado de Montevideu 1980, porque várias pessoas aqui manifestaram dúvidas quanto a estarmos mudando o alcance do Artigo 38; longe disso, de forma alguma queremos fazer isso.

Então, manteríamos o texto da Venezuela, adicionando apenas “e sua metodologia”, e teríamos uma revisão 2, que o senhor Presidente, na próxima reunião em dois minutos, neste ponto da agenda, declararia que o Comitê adotou as conclusões que estão no documento 625/Rev. 2, e fica registrado em ata, como recomendações que quando corresponder serão adotadas por este Comitê em seus métodos de trabalho de aqui em diante e ponto final. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra o senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). O que eu temia e antecipei, senhor Presidente: uma terceira, quarta, quinta sessão sobre o mesmo ponto.

Eu concordaria plenamente com o Brasil, se me garantisse que vão ser dois minutos otimistas de discussão do novo papel que vai apresentar a Secretaria; eu receio que não vai ser assim. Por isso, se essa postulação, de não pôr nada neste documento e fazê-lo em ata, recebeu apoio – o senhor o ampliou de forma brilhante como Representante do Uruguai – que fique registrado esse compromisso, essa renovação de compromisso da Secretaria, de fazer o que tem que fazer. Porém, estou aberto a que na próxima sessão voltemos a tratá-lo, e tomara que sejam dois minutos, caso contrário eu voltaria a apresentar o que propus, e que recebeu apoio, de isto não aparecer como afirmação, como está, e se limitar a ser uma atividade da Secretaria-Geral. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Hoje tinham facilitado meu trabalho, agora está um pouco mais difícil; de qualquer forma, ainda está bastante fácil.

É notório que as Representações não temos uma mesma percepção sobre este ponto; houve várias considerações em sala, houve uma precisão por parte da Representação do Chile, que pode facilitar o tratamento deste assunto no futuro, porém, eu não vejo em sala uma unanimidade de opiniões sobre este assunto.

Talvez a única unanimidade detectada é que o velho ponto 1 foi resolvido e não deveria permanecer neste documento, tal como na hora apropriada também o disse o Representante da Bolívia.

O resto do documento estaria vivo para uma próxima consideração, mas com certeza ainda teremos de trabalhar em relação ao ponto 5, porque não encontramos em sala unidade de pareceres, pelo menos desde a Presidência. O Peru e a Venezuela pedem a palavra nessa ordem.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). É para lhe complicar a situação; o senhor fala a respeito do ponto 5, mas o ponto 7 também está pendente porque está em letra cursiva abaixo. Esta letra cursiva que está aqui deveria ir no último parágrafo? Porque isso está pendente de aprovação ainda e também teríamos de refleti-lo no documento que a Secretaria vai nos repartir como revisão 2. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, vejo que o senhor não abandonou totalmente o exercício da Presidência, Embaixador, pois tem razão. O ponto 7 também tem um ponto a discutir. Ofereço a palavra ao Embaixador Arcaya, da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Neste assunto o senhor já ouviu todas as partes, e eu proponho, no caso do ponto 5, que a Presidência, em coordenação com a Secretaria, faça uma redação do que ouvimos hoje, buscando um ponto intermédio e que seja apresentado na próxima reunião.

Eu acho que se gerou um ambiente no qual pode ser que o senhor consiga o consenso nessa matéria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Obrigado pelo encargo. Ofereço a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Para a Representação de Cuba, este ponto não precisaria estar regulamentado em nenhum documento, uma vez que entendemos que a letra a) do Artigo 38 do Tratado de Montevideú 1980 o abrange.

Nas duas propostas, nas que temos no documento 625 e na que fez a Representação da Venezuela, acho que há acordo sobre a Secretaria ter de elevar ao Comitê de Representantes ou informá-lo sobre todas as atividades que não estejam incluídas no Programa de Atividades vigente.

Eu não sou jurista, mas leio a letra a), e diz que é função da Secretaria. Demos à Secretaria a função de formular propostas ao Comitê, orientadas à consecução dos objetivos de trabalho da Associação. Eu acho que isso está incluído, se não concordarmos com isso, então, teríamos de revisar o Tratado de Montevideú, se concordarmos, não acho necessário seguir com esta discussão, que já tem ocupado várias sessões de trabalho deste Comitê sem nenhum resultado.

Não quero ser drástico, mas gostaria de perguntar a todos os colegas se pensamos que está certo o que estamos fazendo hoje. Toda vez que nós discutimos sobre as tarefas da ALADI falamos da palavra prioridade; eu perguntaria se esta é a prioridade que tem hoje o Comitê de Representantes, quando temos tantas coisas pendentes e importantes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante. Acredito, então, que este ponto, obviamente, fica esperando consideração.

A Presidência vai fazer contatos e conversar com as diferentes Representações para encontrar um ponto de resolução, já inclusive a respeito dos pontos que estão pendentes de solução, e confiamos, mais que por habilidade da Presidência, por cansaço das Representações, que possamos resolver este assunto.

6. Realização do VII Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALADI/SEC/dt 430/Corr.1 e Doc.Inf.631).

Passaríamos, então, ao seguinte ponto da ordem do dia, que é o ponto seis, referente à Realização do VII Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração, documentos ALADI/SEC/dt 430/Corr.1 e Doc.Inf.631.

Corresponderia adotar os documentos e dar aprovação à data de realização do seminário. A Representação da Colômbia solicita a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, eu tenho de sair e como dentro da ordem do dia há um ponto de relatório do grupo de trabalho que presido, pergunto se seria possível que o antecipássemos ou, no caso contrário, pediria que me desculpassem para fazê-lo em uma próxima reunião. Agora tenho de sair.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Não há nenhum problema em adiantarmos seu relatório na ordem do dia, e colocá-lo neste momento. Mas se o senhor tem que sair, também não há nenhum problema em deixá-lo para a próxima reunião.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Se posso fazê-lo em seguida, prefiro, então, fazê-lo já.

PRESIDENTE. Pois não. Pode começar.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Muito rápido, quero comentar aos colegas alguns aspectos da evolução do Grupo de Trabalho sobre Participação do Setor Empresarial.

Como mostrávamos no início, trata-se de uma atividade que busca aproximar a ALADI do setor produtivo da região. Neste sentido temos perscrutado diferentes caminhos que nos permitam essa aproximação. Esta tarefa não foi fácil, devido à evolução que teve o processo de integração. Hoje seus centros de negociação estão quase todos fora da ALADI. E adicionalmente, a integração como idéia ou como propósito, é algo que já não se debate. Estes são tempos diferentes, pois os empresários já não se associam entre si de forma horizontal para defender as vantagens da integração regional como o fizeram em outro momento. O que existe agora são mais ligações muito estreitas entre os empresários e seus próprios Governos para participar juntos na concreção dos processos de negociação com os outros sócios.

Apesar disso, o grupo identificou alguns mecanismos para promover nossa aproximação dos empresários. O primeiro deles: o fortalecimento do portal empresarial. O que fizemos, a partir do aproveitamento e do uso dos pontos fortes da ALADI, sobretudo dos que têm a ver com a informação, tanto comercial quanto jurídica, que aqui conhecemos, foi melhorar e ampliar seus serviços. Além das contribuições do grupo, que a Secretaria foi juntando para melhorar esse portal, temos trabalhado também em outras duas iniciativas que registramos em amplos documentos informais. Um deles ligado às ações orientadas a promover o aproveitamento das preferências negociadas no âmbito da ALADI e, o outro, aos termos de referência da oficina "Mecanismos de promoção de exportações para as Pequenas e Médias Empresas dos países da ALADI".

Estes dois documentos informais serviram como base para discussões que foram surgindo. No caso do primeiro documento, que trata das ações orientadas a promover o aproveitamento das preferências negociadas no âmbito da ALADI, quero lhes antecipar que temos trabalhado na idéia de aproveitar a infra-estrutura dos eventos anuais feitos pelos grêmios empresariais em nossos diferentes países, que geralmente reúnem a totalidade do setor produtivo, para divulgar os serviços da

ALADI. Nesses eventos procuraríamos apresentar, de forma audiovisual, todas as possibilidades que tem o setor produtivo em matéria de preferências, e dessa forma ligá-los com todo o esforço que se fez através do site da ALADI e de seus sistemas de informação.

Na verdade, a informação oferecida pela ALADI está sendo consultada pelos intermediários e consultores, e não diretamente pelos empresários, como deveria ocorrer.

Então, com essas apresentações audiovisuais aproveitaríamos esses cenários gremiais para fazermos apresentações sobre as possibilidades de aproveitamento das preferências negociadas, em vez de fazermos essas reuniões de empresários nas instalações da ALADI ou em algum de seus países-membros, porque isso seria caro e porque, além do mais, não temos nem a adequada infra-estrutura nem a capacidade de convocá-las.

Para determinar qual de todas as opções técnicas poderia ser a melhor para cumprir com este objetivo, no grupo de trabalho examinamos algumas alternativas. Por enquanto identificamos duas ou três possibilidades, que aspiramos a concretizar em nossas próximas reuniões. Já foram aprovados os termos de referência do seminário sobre Promoção de Exportações, que tem o apoio da Agência de Promoção de Exportações do Brasil e do Instituto de Logística Ibero-Americano.

Estes são, então, os dois eixos de atividade que o grupo tem desenvolvido. Entretanto, seguimos abertos às possíveis recomendações ou sugestões das Representações, adicionais às várias que já incorporamos a nossos trabalhos, para identificar a melhor forma de conseguir essa aproximação da ALADI com os empresários. Um esforço que desde o início entendemos que tinha de ir muito além da simples reativação das instâncias formais criadas pelo Tratado de Montevideu 1980. Este é, senhor Presidente, o resumo das tarefas deste grupo de trabalho, e assim cumpro com minha tarefa de informar ao Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Não sei se outros membros do Comitê gostariam de lhe fazer alguma consulta neste momento. Ofereço a palavra ao Embaixador da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Simplesmente quero parabenizar este Grupo de Trabalho Empresarial, porque podemos ver claramente que está aplicando seus próprios recursos, está escolhendo os assuntos, dando-lhes precisão e trabalhando sobre eles, e acho que muito bem orientado, de forma que a Representação da Venezuela parabeniza tanto o grupo quanto seu Presidente.

PRESIDENTE. Muito bem, acho que os comentários do Embaixador Arcaya são extensivos aos outros membros. Continuaremos a receber a informação correspondente. Obrigado, Embaixador.

Estávamos na consideração do ponto 6, referente ao VII Seminário de Direito Internacional, e a esse respeito tínhamos informado sobre os documentos em poder das Representações e perguntamos se elas têm algum comentário a fazer.

O seminário está previsto para os dias 10 e 11 de outubro em Lima. Ofereço a palavra ao senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Presidente, certamente concordamos; temos apenas duas perguntas.

A primeira – acho que já a tínhamos feito – referente à utilidade de contar com a lista dos participantes do seminário, pois destas personalidades dependem bastante os resultados.

A respeito dos assuntos a tratar, não temos nenhum problema, apenas nos surpreende o último parágrafo, onde diz destacar que o assunto 1, solução de controvérsias na integração, é especialmente interessante para a Secretaria-Geral da Comunidade Andina. Acreditamos que foi totalmente dito nos dois parágrafos anteriores; o parágrafo não nos incomoda em absoluto, apenas temos a sensação de que a esclarecimento é excessiva; mas enfim, não temos nada contra ela. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Secretaria em relação à lista dos participantes.

SECRETARIA GENERAL (Alejandro Pastori). Obrigado, senhor Presidente.

A respeito da pergunta do Representante da Argentina, de contar com a lista dos participantes, esta poderia ser remetida a todas as Representações uma vez que estivesse feita a estrutura geral do Seminário. Mas, para começar a trabalhar sobre o seminário precisamos justamente que sejam aprovados estes termos de referência e a partir de agora, com os assuntos e os termos de referência aprovados e em conjunto com a Comunidade Andina, vamos elaborar a lista dos participantes que terão de realizar a atividade correspondente no âmbito do seminário. Isto é, ainda não temos a lista de participantes, mas a partir de agora vamos trabalhar nisso.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria. Ofereço a palavra ao Embaixador Arcaya, da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Sim, para apoiar a Argentina; eu acho que esse último parágrafo dos assuntos a tratar não é necessário, poderia ser eliminado.

PRESIDENTE. Será eliminado no momento apropriado. Bem, entendo que fica assim e sem aprovação da data de realização do seminário. Assim que tiver informação a respeito dos participantes, a Secretaria irá informando as Representações.

7. Acordos e Protocolos: Disposições sobre vigência e incorporação às legislações nacionais (ALADI/SEC/dt 420/rev.2).

Como sétimo ponto da ordem do dia temos o concernente a Acordos e Protocolos: Disposições sobre vigência e incorporação às legislações nacionais. Este assunto foi entrado na sessão anterior do Comitê, informando sobre o documento ALADI/SEC/dt 420/rev.2; nessa oportunidade, a Representação da Argentina solicitou que o grupo de trabalho que atendia os assuntos jurídicos fosse convocado para analisar o documento, mas foi acordado que este documento final fosse incluído nos assuntos a tratar desta sessão para chegarmos a uma decisão a respeito.

Com referência a isto, pergunto-me se a Representação da Argentina deseja fazer alguma consideração adicional ou se procuramos convocar o Grupo de

Trabalho de Assuntos Jurídicos, que trabalha nesta matéria há tempo. Ofereço a palavra à Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Nós achamos que este é um assunto muito transcendente, há excesso de interpretações e formas diferentes de incorporação às legislações nacionais e suas respectivas notificações à ALADI.

Realmente, consideramos muito importante convocar este grupo, mas também seria necessário escolher um coordenador para esse grupo, se não me engano, antes o Coordenador era o Embaixador Onis Vigil; obviamente ele tem demasiadas tarefas e o Comitê deveria pensar em algum outro coordenador.

Não acho que seja momento para fazer nenhuma proposta; simplesmente temos um jurista importante em matéria de Direito Internacional aqui, não sei, os senhores tirem suas próprias conclusões. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado ao Ministro Ruiz. Tenho a impressão de que temos dois assuntos para resolver rapidamente. Um é passar este assunto ao Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, para que seja considerado ali.

O Comitê tem também que decidir sobre a coordenação desse grupo, que neste momento está acéfalo, e os olhos voltaram rapidamente para a figura do Embaixador Faidutti. Acredito que, pela velocidade com que todo o mundo voltou o olhar para o senhor, a unção para coordenar este grupo foi espontânea e automática. Portanto, daríamos por aprovada a idéia de que o Embaixador Faidutti presida este grupo de trabalho, onde seria considerado este documento.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Agradeço-lhe, senhor Presidente, e a todos os colegas deste órgão a honra que estão me conferindo e porei toda minha capacidade para atingir os objetivos que este Comitê se impôs. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, o senhor Coordenador do grupo de trabalho.

8. Assuntos Diversos

Em Assuntos Diversos temos o relatório do Grupo de Trabalho Empresarial. Acabou de fazê-lo o Embaixador Sarabia; resta receber o relatório do Coordenador do Seminário-Oficina sobre Comércio Eletrônico, Embaixador Casanueva, e também como outro assunto, o Equador tinha proposto a eleição do Presidente do Grupo dos PMDERs, devido à vaga do México; não sei se vamos considerá-lo hoje, mas fico à disposição das Representações.

Antes de dar a palavra ao Embaixador Casanueva, para o relatório do seminário oficina sobre comércio eletrônico, solicita a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, senhor Presidente. Para propor a apresentação do relatório do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Trabalho em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, e ficaríamos gratos se fosse possível antes do ponto proposto pelo Equador. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Embaixador Casanueva, do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Eu vou informar breve e, sobretudo, prospectivamente a respeito da oficina sobre comércio eletrônico, realizada há pouco na ALADI.

Existe um relatório elaborado pelo Secretário-Adjunto, que está nos Assuntos em Pauta, e entendo que também foi distribuído às Representações; porém, como Coordenador do Grupo de Trabalho e do Seminário quis apresentar um relatório adicional ao do Secretário-Geral Adjunto, que embora tenha uma lista detalhada dos aspectos tratados durante a oficina, do ponto de vista deste Coordenador, ainda tem umas limitações que eu gostaria de complementar com o relatório que estou apresentando.

Primeiro, eu gostaria de dizer que os objetivos da oficina foram totalmente atingidos, de acordo com os termos de referência. Segundo, a participação dos diferentes países foi muito enriquecedora, ministraram suas palestras, que já estão disponíveis no site da Secretaria; portanto, não vou me referir a elas.

Eu quero me concentrar fundamentalmente em algumas conclusões e recomendações que gostaria de extrair das múltiplas recomendações e sugestões feitas durante a oficina, e de acordo com o Embaixador da Colômbia, tentando agrupar, priorizar e contrastar estas sugestões com o que são os pontos fortes próprios da ALADI e, nesse sentido, ter clareza a respeito do que vamos poder acometer nesta matéria, do que realmente vamos poder fazer, porque este é um assunto muito vasto, que escapa a nossas possibilidades. Ao mesmo tempo, Presidente, seguimos um princípio essencial que foi manifesto durante a oficina, que é que a ALADI não deve duplicar os esforços realizados por outros organismos o por outras instâncias regionais nesta matéria.

Então, vou me concentrar nas conclusões. Para começar, a ALADI tem uma vantagem claríssima em sua capacidade de reunião de informação e de criar bases estatísticas sobre este assunto, de tal forma que uma das encomendas substantivas que foram feitas foi que a ALADI se constitua em um centro de conhecimento e informação sobre comércio eletrônico na região, e que a partir daí a ALADI, em outro de seus pontos fortes, faça os estudos que os países lhe encarreguem ou que surjam do grupo de trabalho.

Depois, levando em conta a função da ALADI em matéria de estruturação da cooperação entre os Estados nesta matéria e sua capacidade para realizar programas orientados à capacitação e à difusão em matéria de comércio eletrônico, assim como tivemos uns ciclos muito importantes de seminários e cursos sobre diferentes aspectos técnicos e sobre negociação, por exemplo internacionais, a ALADI poderia assumir um programa de formação de formadores dos diferentes países-membros, em uma matéria, como digo, nova, a respeito da qual ainda muitos de nós temos carências em nossos países.

Terceiro, a direta ligação entre o trabalho da ALADI e o fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas para aproveitar o instrumento do comércio eletrônico em seu comércio internacional e, nesta matéria, o trabalho que possamos realizar em conjunto com o grupo empresarial, sem dúvida, vai potenciar todo este assunto.

Em quarto lugar, podemos extrair uma exposição muito sólida dos Representantes Governamentais, quanto à necessidade de gerar nesta matéria sinergias com os outros organismos regionais, tanto organismos regionais de estudos, de análise ou de avaliação, como a CEPAL, quanto organismos regionais de execução de projetos, como pode ser o caso do BID, da Corporação Andina, etc. E nesse sentido, propender às sinergias com organismos regionais, constituindo a ALADI como um foro de debate e de reflexão e de eventual articulação de posições de cara às negociações que nesta matéria nossos países têm de realizar em diferentes âmbitos, como o da ALCA, da OMC ou, inclusive, na articulação de nossos próprios acordos.

Neste mesmo âmbito de sinergias foi mencionada e adotada – até onde é possível que a oficina adote decisões, porque não tem faculdades para adotá-las – ou houve consenso a respeito de uma proposta do Vice-Ministro da Economia do Chile, no sentido de que, como o Chile tem a Presidência pro tempore do Grupo do Rio, a qual tem um compromisso com a troica do Grupo do Rio de, no mês de agosto, na Cúpula deste Grupo, em Santiago, apresentar uma proposta sobre Sociedade da Informação e Novas Tecnologias, o Vice-Ministro mencionou a possibilidade de que a ALADI pudesse assumir um papel solicitado pelo Grupo do Rio como Secretaria Técnica em matéria de comércio eletrônico, dentro do grande tema que tratariam em agosto os Presidentes da Sociedade da Informação, Novas Tecnologias e Nova Economia.

Eles pensam que haverá capítulos a esse respeito e que neles estaria incluído um sobre comércio eletrônico, onde a ALADI poderia ter uma função como Secretaria Técnica, da mesma forma como a ALADI, por exemplo, é Secretaria Técnica da Conferência de Ministros de Transporte e Comunicações, e exerce essa função. Esta é uma proposta, insisto que não é da oficina; é uma proposta do Representante do Chile e Vice-Ministro, mas que foi bem acolhida pelos Representantes Governamentais presentes.

Finalmente, eu gostaria de dizer que os passos a seguir depois deste seminário oficina, especialmente levando em conta uma inquietação muito persistente e compartilhada por todos do Representante da Argentina sobre a necessidade de procurar a organização de uma agenda prática, concreta de coisas a fazer, eu diria que os passos que deveríamos dar a partir do relatório que estamos apresentando seriam: levar ao grupo de trabalho o repertório de recomendações e de sugestões e conclusões da oficina, processar no grupo de trabalho este repertório – com a finalidade de determinar ações concretas a realizar no segundo semestre deste ano, se possível, mas fundamentalmente de incorporar determinadas ações no Programa de Atividades do ano 2002 – e depois, de acordo com as recomendações que o grupo de trabalho estude, seja a apresentação de um capítulo sobre este assunto, tal vez ampliado um pouco ao que é a nova economia, não apenas comércio eletrônico, para que a eventual resolução da próxima reunião do Conselho de Ministros seja uma resolução específica sobre este assunto.

Por último, dentro do ponto anterior, propor a continuidade no grupo de algumas oficinas nesta matéria, solicitadas pelos próprios Representantes presentes, como por exemplo, lembro um deles, uma oficina sobre os “infocentros”, que parece ser um modelo que vários dos países aqui presentes já estão implementando, alguns com bastante antecipação e sucesso, e seria interessante que nos transmitissem sua experiência.

Presidente, este é o relatório que eu queria apresentar. E como já disse, estes assuntos seriam passados ao grupo de trabalho para serem processados e determinar as prioridades, o que vamos continuar a fazer, com que teor, com que ênfase e profundidade. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador, por seu relatório e comentários. Solicita a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). Presidente, tive o prazer de participar desse seminário e observava – já contei ao Embaixador Casanueva – que a presença dos Observadores de organismos internacionais seria muito importante, e não apenas neste seminário, mas também nos próximos, talvez em não todos, mas em alguns que são enriquecedores em cada um dos assuntos; portanto, gostaria de adicionar esta observação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra a Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Vou aproveitar agora para parabenizá-lo por sua Presidência, porque não sei se o senhor teria acreditado se o tivesse feito antes.

Quero apenas dizer que a Representação de Cuba tem algumas observações de forma para o documento apresentado pelo Embaixador do Chile e as entregaremos a ele pessoalmente através da Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem, muito obrigado. Ofereço a palavra ao Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Presidente, primeiro para parabenizar o Embaixador do Chile; já o fiz antes como Coordenador e Presidente do seminário-oficina. Suas explicações coincidem muito com as que nós tínhamos manifestado e levado a nossa capital.

No entanto, há um ponto que deveríamos destacar – desculpe-me se eu não o escutei – mas dentro das resoluções estava o compromisso do Equador de levar à próxima Rodada de Negociações da ALCA o estudo feito pela Secretaria-Geral e o que foi resolvido no seminário, nas deliberações também para contribuir com o que está fazendo a ALADI quanto à ALCA e o comércio eletrônico na região. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado. Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Embaixador Casanueva o exaustivo relatório que nos apresentou. Assim como Cuba, temos alguns comentários muito menores quanto à forma do documento 1534, que eu não sei se o senhor acha pertinente entregá-lo diretamente à Secretaria; são dois assuntos muito menores, e o faríamos dessa forma. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Ofereço a palavra ao senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Ruben Ramírez Lezcano). Obrigado, Presidente. Para, em primeiro lugar, parabenizarmos a Coordenação deste seminário que conduziu efetivamente à consecução dos objetivos estabelecidos nos termos de

referência e destacamos o relatório tão detalhado e exato que apresentou a respeito das conclusões.

Efetivamente, nós estamos trabalhando no Paraguai para tentar implementar a Sociedade da Informação, de forma que a contribuição desta atividade para com esse objetivo é amplamente satisfatória. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, é uma pena que tenhamos começado a discutir este assunto à uma hora da tarde porque por sua importância mereceria talvez considerações mais extensas, mas eu vou dizer apenas duas coisas.

Primeiro, queria parabenizar o Embaixador Casanueva por seu resumo das conclusões do seminário, sobretudo por sua ênfase no fato de que a atividade da ALADI neste campo, aliás, também em todos os outros, não deve duplicar ações já existentes em outros âmbitos, e é claro que todas as sugestões que surgiram nas discussões do seminário agora vão ser processadas em nossas discussões, primeiro no grupo de trabalho e depois no Comitê de Representantes.

Nesse sentido, eu não vou fazer nenhuma emenda ao documento 1534, que é responsabilidade exclusiva da Secretaria, mas sim as proporemos na reunião do grupo de trabalho que preside também o Embaixador Casanueva e que já foi convocada, eu acho que para a próxima semana. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Embaixador Denot. Ofereço a palavra ao Ministro Muínelo, do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, senhor Presidente. Também para parabenizar o senhor Embaixador do Chile pelo relatório que nos apresentou, pela condução desse evento e também para lhe transmitir que nossos técnicos saíram amplamente satisfeitos com o que escutaram aqui, assim como com sua própria participação no evento. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Embaixador. Para fazer uma pequena retificação ao que disse. O documento 1534, efetivamente, é um documento da Secretaria e eu tinha comentado que através da Secretaria iria entregar ao Embaixador do Chile nossas observações. Agora que sabemos disto as entregaremos diretamente à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem, muito obrigado. Senhores Representantes, teríamos ainda um ponto a considerar, que na verdade se transformou em dois pontos: a necessidade da designação de um novo coordenador para o Grupo de Trabalho sobre os PMDERs. Acontece que tampouco recebemos ainda o relatório desse grupo. Devido à hora atual, proporíamos que estes dois assuntos fossem incorporados à ordem do dia de nossa próxima reunião.

O Secretário-Geral me informa que tem alguns anúncios a fazer; portanto, ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Trata-se, em primeiro lugar, de que a Secretaria-Geral está pronta para assinar um Convênio de Cooperação com a empresa ERREPAR S.A., da República Argentina. Esse convênio nos permitiria enviar informação e enriquecer o banco de dados que temos.

Um segundo assunto se refere ao fato de que na próxima semana, a Secretaria-Geral, em coordenação com a Presidência pro tempore do MERCOSUL e a Secretaria de Integração da América Central, vai realizar uma oficina de capacitação no processo de formação de uma União Aduaneira, a experiência do MERCOSUL perante a América Central. O papel da Secretaria é apoiar exclusivamente as ligações entre o MERCOSUL e esse Acordo de Integração.

Uma terceira informação, senhor Presidente, tem a ver com que a reunião de Consulta e Avaliação referente às Assimetrias será na próxima segunda-feira, às 10.00 horas da manhã. O Economista Fernando Masi, paraguaio, vai estar aqui, vai expor o assunto; por isso queríamos lembrar o compromisso que já existe.

Finalmente, senhor Presidente, a informação sobre as gestões realizadas em nossa viagem recente. Acredito que teremos de postergá-la, porque para isto é preciso certo tempo; se fosse do caso, eu a apresentaria hoje com muito prazer; caso contrário, poderíamos pospô-lo para a próxima oportunidade, sem nenhum inconveniente. Aliás, há conotações políticas importantes que seria fundamental informar ao Comitê de Representantes.

Por outro lado, senhor Presidente, tal como tínhamos acordado ontem na reunião de Mesa, e de acordo com os entendimentos a que chegamos, permito-me sugerir que na próxima reunião do Comitê comecemos tratando a convocação da próxima reunião do Conselho de Ministros, para o próximo mês de dezembro. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradecemos a informação da Secretaria-Geral. A respeito de sua recente viagem a Rússia e Romênia, entendo que por seu mérito corresponde que lhe demos o tempo necessário e o faremos, então, na próxima reunião do Comitê.

Ao mesmo tempo, e dado que o assunto foi mencionado várias vezes no dia de hoje, a data da próxima reunião do Conselho de Ministros, a Presidência vai assumir a iniciativa de iniciar contatos com cada uma das Representações a este respeito, para ir avançando.

Não havendo outros assuntos a considerar neste momento, dou por encerrada a sessão, às 13h 20m. Agradeço mais uma vez aos senhores Representantes suas expressões referentes a nossa assunção da Presidência deste Comitê. Boa tarde e obrigado.